



Fernanda Ribeiro Palermo

**Ambiente conjugal e seus paradoxos: repercussões da
conjugalidade na parentalidade**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof. Andrea Seixas Magalhães

Rio de Janeiro
Março de 2016



Fernanda Ribeiro Palermo

**Ambiente conjugal e seus paradoxos: repercussões da
conjugalidade na parentalidade**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Andrea Seixas Magalhães

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Fernanda Travassos-Rodriguez

Associação de Terapia Familiar - ATF-RJ

Prof. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências
Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 01 de março de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Fernanda Ribeiro Palermo

Graduou-se em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2006. Especializou-se em Terapia de Família e Casal pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2011. Atualmente está em formação psicanalítica pelo Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ).

Ficha Catalográfica

Palermo, Fernanda Ribeiro

Ambiente conjugal e seus paradoxos: repercussões da conjugalidade na parentalidade / Fernanda Ribeiro Palermo; orientadora: Andrea Seixas Magalhães. – 2016.

72 f ; 30 cm

Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2016.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Conjugalidade. 3. Parentalidade. 4. Ambiente. 5. Integração psíquica. I. Magalhães, Andrea Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Agradecimentos

Aos meus pais, por me transmitirem o valor revolucionário do conhecimento.

À minha orientadora Andrea Seixas Magalhães, por me orientar com afeto e disponibilidade, por sua generosidade em ensinar e pelo reconhecimento do meu crescimento nesse percurso.

À professora Terezinha Féres-Carneiro, por acompanhar e orientar o meu percurso acadêmico.

À Fernanda Travassos Rodriguez, por gentilmente aceitar fazer parte da Banca Examinadora e por suas importantes contribuições no Exame de Qualificação.

Ao Ary Band, pelo olhar e escuta clínica, sua presença fundamental, por ter me alfabetizado na psicanálise.

À Celia Henriques, pelo incentivo amoroso em todo o percurso do mestrado.

À Maria do Carmo Cintra de Almeida Prado, por ter me aberto um mundo novo com sua generosidade em transmitir seu saber.

À Denise Martins, pela parceria profissional e de vida.

À Tatiana Labanca, por viver comigo parte importante dessa construção, lendo e relendo com amor.

Ao CNPq por financiar a minha pesquisa.

Resumo

Palermo, Fernanda Ribeiro; Magalhães, Andrea Seixas (Orientadora). **Ambiente conjugal e seus paradoxos: repercussões da conjugalidade na parentalidade**. Rio de Janeiro, 2016. 72p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Discutimos a noção de ambiente conjugal dos pais como parte do ambiente facilitador do processo de maturação do filho, considerando que a conjugalidade dos pais repercute no processo de integração psíquica do sujeito. Para tal, abordamos o conceito de ambiente na obra winnicottiana, ressaltando os componentes de adaptabilidade e qualidade humana. Destacamos que os conflitos vivenciados na conjugalidade evidenciam-se na construção do espaço potencial conjugal, o qual revela falhas psíquicas individuais dos membros do casal. Contextualizamos o conceito de paradoxo no cenário psicanalítico abordando sua dimensão maturacional e defensiva, no casal e na parentalidade. Concluímos que uma conjugalidade calcada em uma vivência paradoxal precária repercutirá sobre a parentalidade, estabelecendo assim um ambiente no qual o filho ativar­á processos defensivos marcados pela vivência de um falso *self*.

Palavras-chave

Psicologia; conjugalidade; parentalidade; ambiente conjugal; paradoxo; constituição psíquica.

Abstract

Palermo, Fernanda Ribeiro; Magalhães, Andrea Seixas (Advisor). **Conjugal Environment and its Paradoxes: Repercussions of Conjuality on Parenthood.** Rio de Janeiro, 2016. 72 p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

We discuss the notion of the parents' conjugal environment as part of the facilitating environment of the child's maturation process, considering that parental conjuality affects the subject's psychic integration process. In order to do this, we address the environment concept in Winnicottian literature, highlighting the adaptability and human quality components. We stress that conflicts experienced within conjuality mark the potential conjugal space, which reveals individual psychic flaws of both partners. We review the paradox concept in psychoanalysis, addressing its maturational and defensive dimensions, in the couple and in parenthood. We conclude that a conjuality that is grounded in a paradoxical and precarious experience will affect parenthood, thereby establishing an environment in which the child will activate defensive processes marked by the experience of a false self.

Keywords

Psychology; Conjuality; parenthood; conjugal environment; paradox; psychic integration.

Sumário

1. Introdução	9
2. Ambiente conjugal: repercussões na parentalidade	13
2.1. Introdução	13
2.2. O casal como ambiente facilitador	15
2.3. O mundo compartilhado do casal	19
2.4. Prejuízos no ambiente conjugal e as repercussões na parentalidade	24
2.5. Considerações finais.....	29
3. Espaço potencial conjugal: um estudo sobre os efeitos da imaturidade conjugal	31
3.1. Introdução	31
3.2. A noção de espaço potencial conjugal.....	32
3.3. O nós conjugal	38
3.4. Aspectos edípicos e narcísicos do laço conjugal	40
3.5. Considerações finais.....	44
4. Paradoxo e transicionalidade: o efeito do espaço potencial conjugal na constituição psíquica do filho	45
4.1. Introdução	45
4.2. Os paradoxos e os limites psíquicos.....	46
4.3. Ambiente conjugal e parentalidade – o corpo no vazio de sentido ..	52
4.4. Considerações finais.....	59
5. Conclusão	62
6. Referências bibliográficas	66

Um filho, senhor, não é a imagem de dois seres, o fruto de dois sentimentos livremente confundidos? Se ele não estiver em todas as fibras do corpo assim como em todas as ternuras do coração, se não recordar deliciosos amores, os tempos, os lugares onde esses dois seres foram felizes, sua linguagem cheia de música humana e seus doces pensamentos, esse filho é uma criação malograda. Sim, ele deve ser para os dois uma maravilhosa miniatura onde estão os poemas de sua dupla vida secreta/ deve oferecer-lhes uma fonte de emoções fecundas, ser ao mesmo tempo todo o passado e todo o futuro deles.

Honoré de Balzac, *A mulher de trinta anos*

Introdução

As relações familiares são imprescindíveis para a nossa constituição psíquica e delineiam a trajetória futura que seguiremos, sendo assim, é um tema que suscita reflexões e interesse. Questionar sobre a formação do laço conjugal, sua repercussão na parentalidade, especificamente, sobre o ambiente que se apresentará para que o filho se desenvolva, é muito importante nas reflexões dos estudiosos da psicanálise de família e casal.

A escolha do tema dessa dissertação se deu a partir da prática como psicoterapeuta de família e casal em instituições de saúde e em consultório particular. Durante as sessões, através da escuta psicanalítica, constatou-se que os pacientes traziam em seus discursos sofrimentos e conflitos que apontavam para a forma como estes se viam inseridos na relação conjugal empobrecida de seus pais. Na narrativa de suas vivências, era perceptível a atuação de processos psíquicos bem primitivos que denunciavam uma problemática na interação com o outro e com a realidade externa. Seus corpos denunciavam falhas ambientais expressadas na imagem fragmentada de si, no corpo coisificado, e os vestígios de um processo de desenvolvimento psíquico indiferenciado eclodiam. Sendo assim, a proposta dessa dissertação surgiu como uma tentativa de aprofundar temas que são relevantes no campo da clínica, visando ampliar o olhar para a repercussão da conjugalidade dos pais no ambiente em que os filhos se constituem.

Convém assinalar que a família foi transformando sua organização ao longo dos séculos, e o aparecimento do casal conjugal se deu nesse bojo. Diante da mudança de mentalidade de nossa sociedade atual, que exalta os valores de liberdade, mobilidade e imediatismo do prazer, o contexto social contemporâneo abre espaço para múltiplos arranjos conjugais, dos mais tradicionais aos mais modernos, nos quais a marca de um ritmo acelerado, de um tempo em transformação, desconstrói, reconstrói e reinventa os laços e os sujeitos. Dessa forma, o casal contemporâneo se vê confrontado por forças paradoxais que conduzem à questão de como ser um, sendo dois, e de como ser dois, sendo um, ou seja, como criar um “nós” preservando o “eu”.

Muitos autores (EIGUER, 1985, 2013, MAGALHÃES E FÉRES-CARNEIRO, 2003,2013; RUFFIOT, 1984; TITAN, 1999) abordam a conjugalidade em sua dimensão intersubjetiva, que se origina no encontro das histórias singulares e pregressas de cada parceiro. Os aspectos narcísicos e identitários são considerados neste cenário. A trama identificatória existente na constituição do psiquismo compartilhado do casal está associada aos objetos parentais internalizados que reportam aos primeiros objetos de amor e à vivência edípica de cada um dos parceiros.

Ao abordarmos a conjugalidade forjada na intersubjetividade, buscamos apontar que nela atuam tanto o paradoxo da transicionalidade, quanto o paradoxo da capacidade de estar só na presença do outro. A união amorosa é compreendida por Winnicott (1986) como uma oportunidade de experimentar um viver criativo desde que o par possa viver os compromissos de uma relação estável, que demanda certa concessão de si, sem sufocar em demasia os gestos espontâneos.

É preciso que não se viva o mundo criado pelo parceiro para que se usufrua de todos os graus de identificações cruzadas. Assim, Gomes e Paiva (2003) afirmam, pautadas na teoria winnicottiana, que tanto o casamento quanto a família podem, muitas vezes, funcionar como espaço de maturidade parental e proporcionar um contínuo desenvolvimento para pais e filhos. Em muitos casos, diante do laço problemático constituído pelo casal, há predomínio da vivência de falso si-mesmo e fragilização do vínculo de intimidade e confiança.

Buscamos estudar a formação do espaço potencial conjugal, sua dimensão criativa, como também pensar sobre seu empobrecimento, com prejuízos na diferenciação entre os parceiros e na esfera da alteridade. A conjugalidade problemática é parte do ambiente facilitador do filho, ou seja, a conjugalidade permeia o campo da parentalidade.

Percorremos a obra de Winnicott, que em sua teoria destaca a importância do ambiente desde os primórdios da vida psíquica, ressaltando o imprescindível do outro. O autor aponta para a qualidade humana do ambiente nos cuidados ao bebê, implicando o casal conjugal nessa esfera. Sua teoria sobre o desenvolvimento emocional do ser humano abrange “a história total do relacionamento individual da criança até seu meio ambiente específico” (1971, p.14). Portanto, a história da família não só compreende o crescimento do bebê, como também o crescimento emocional do ambiente cuidador.

Discutimos a repercussão da conjugalidade psicologicamente precária dos pais na vida da criança. A falha na vivência transicional entre dependência e autonomia também se evidencia no falho processo de integração psicossomática do filho. Na vida adulta, esse infantil marcado por um processo de amadurecimento problemático ressurgiu nas relações, sobretudo devido à deficitária construção das fronteiras intersubjetivas e intrapsíquicas. Um sentimento de impotência e de artificialidade surge da vivência de laços pouco confiáveis e esvaziados.

Em nossa pesquisa, investigamos as implicações da conjugalidade dos pais na constituição subjetiva do filho. Nesta dissertação, apresentamos três artigos resultantes da pesquisa teórica. No primeiro, discutimos a noção de ambiente conjugal dos pais como parte do ambiente facilitador do processo de maturação do filho, considerando que a conjugalidade dos pais repercute no processo de integração psíquica do sujeito. Focalizamos o conceito de ambiente na obra winnicottiana de forma a destacar a complexidade de sua organização e seu papel imprescindível para o bebê. Salientamos que a conjugalidade dos pais é parte inerente do ambiente. Para tanto, utilizamos teóricos como Eiguer (1985, 2013) Nicolló (1995), Walsh (2002) e Gomes (1998, 2003), que estudam os conflitos vivenciados na conjugalidade, ressaltando a construção do espaço potencial conjugal. Entendemos que as falhas no repertório individual de cada parceiro despontarão no encontro amoroso, revelando-se no empobrecimento das vivências de transicionalidade. Esse cenário conjugal repercutirá na parentalidade e desencadeará um ambiente deletério ao processo de amadurecimento do filho. Destacamos os prejuízos no próprio sentido de eu unificado, verdadeiro e diferenciado.

No segundo artigo, abordamos o processo de instauração da conjugalidade, que se dá no encontro das tramas psíquicas de cada membro do casal. A partir da interseção de vivências compartilhadas, um novo espaço se apresentará: o espaço potencial conjugal. Os estudos psicanalíticos sobre a conjugalidade (EIGUER, 1985, 2013; FÉRES-CARNEIRO, 2003; RUFFIOT, 1984) apontam para a existência de uma criação própria de um jogo inconsciente dinâmico que se forma no encontro dos parceiros, resultando em um eu conjugal. Discutimos, sobretudo, as falhas que se apresentam na construção do espaço potencial conjugal resultantes da imaturidade dos membros do casal. Aspectos narcísicos e

identitários são reatualizados na cena a dois ocasionando uma fragilidade na membrana conjugal (Nicolló, 1995), uma vez que a marca da qualidade narcísica aponta para prejuízos no percurso de diferenciação do casal.

Ainda nesse artigo, estudamos os mecanismos regressivos próprios das relações conjugais mais adoecidas. Aprofundamos essas ideias utilizando autores como Fagundes (1999), que conceitua o termo “ilusão de fusão no casal”; Magalhães (2000; 2011), que discute o papel estruturante da conjugalidade nos parceiros; Eiguer (1985; 2007) e Gomes (2007), que discutem a centralidade da relação edípica na dinâmica do casal; e Lejarraga (2012), que aborda o tema do amor em Winnicott.

Por fim, no terceiro artigo, tomamos como pilar a ideia de paradoxo que se encontra no centro da transicionalidade. Discutimos a fragilização do jogo entre encontrado-criado e estar só na presença do outro, eixos da relação de objeto, na constituição do espaço potencial conjugal e, conseqüentemente, no psiquismo do filho. Partimos da investigação do paradoxo no pensamento psicanalítico a partir da obra freudiana, recorrendo, sequencialmente, a autores dedicados aos estudos da intersubjetividade. Searles (1959), Bion (1962), Anzieu (1988,1991), Roussillon (1991), trabalham com a ideia da intersubjetividade se iniciando nos primórdios da relação mãe e bebê. Destacamos D. Winnicott (1971) que, ao desenvolver a noção de fenômenos transicionais, ressalta os limites entre o interno e externo, entre o eu e o outro.

Discutimos a noção de terceiro espaço intrínseco ao psiquismo, o espaço potencial, ressaltando seu valor maturacional. Em contraponto, salientamos os prejuízos nas fronteiras intrapsíquicas e intersubjetivas quando o paradoxo funciona de forma defensiva. Concluimos, então, que uma conjugalidade constituída por precária vivência paradoxal repercutirá sobre a parentalidade estabelecendo um ambiente no qual o filho se verá perturbado em seus processos integrativos, na constituição da experiência de ser.

Ambiente conjugal: repercussões na parentalidade

Resumo

Neste artigo, discutimos a noção de ambiente conjugal dos pais como parte do ambiente facilitador do processo de maturação do filho, considerando que a conjugalidade dos pais repercute no processo de integração psíquica do sujeito. Para tal, abordamos o conceito de ambiente na obra winnicottiana, ressaltando os componentes de adaptabilidade e qualidade humana. Destacamos que os conflitos vivenciados na conjugalidade evidenciam-se na construção do espaço potencial conjugal, que revela falhas psíquicas individuais dos membros do casal. Concluimos que uma conjugalidade psiquicamente precária repercute sobre a parentalidade, interferindo na construção do sentido de existência própria do filho.

Palavras-chave: Conjugalidade; Parentalidade; Ambiente; Integração psíquica.

2.1

Introdução

No campo dos estudos sobre a conjugalidade, alguns autores vêm se dedicando a ressaltar a construção de um espaço formado pelo encontro dos parceiros, no qual se dá um jogo inconsciente dinâmico (EIGUER, 1985, 2013; MAGALHÃES, 2003; MAGALHÃES, FÉRES-CARNEIRO & GORIN, 2013; PUGET & BERENSTEIN, 1993). Desta forma, este espaço é pensado como um lugar de trocas, no qual cada um dos parceiros desenvolve e projeta partes de si, podendo haver momentos de fusão e de diferenciação entre eles. A estrutura resultante dessas trocas fornecerá a base para o início da família, antes mesmo da chegada dos filhos.

No momento da escolha amorosa, ambos os parceiros partem de suas motivações inconscientes. Essas motivações são embasadas no percurso de desenvolvimento emocional de cada um, influenciado pelas suas relações objetais primitivas e pelas resoluções edípicas. Desse modo, cada membro do casal forma seu repertório individual que se revelará no encontro amoroso. O desdobramento

das vivências infantis de cada parceiro forma imagens internas de si e do outro, assim como do próprio encontro amoroso. Medos e anseios inconscientes compõem a conjugalidade, sendo derivados dos padrões relacionais que foram apreendidos a partir da elaboração de desejos e conflitos primitivos.

A conjugalidade pode ser pensada como oportunidade para a transformação subjetiva de cada parceiro, sendo um terreno fértil, pleno de possibilidades de novas configurações subjetivas (MAGALHÃES, 2000). Isso ocorre na medida em que o processo identificatório não se reatualiza de forma mimética, podendo ser um processo criativo, como ressalta Winnicott (1989). Contudo, muitos casais, ao enfrentarem dificuldades relacionais, acabam vivenciando padrões repetitivos nos quais se enredam de modo entediante. Nessas situações, frequentemente, os cônjuges têm dificuldade em serem criativos por estarem presos a uma trama inconsciente na qual os aspectos primitivos e geracionais pesam sobre seus comportamentos e sobre a dinâmica conjugal. Ainda assim, considerando que a separação envolve a elaboração de perdas e desilusões, realçando as incompletudes dos cônjuges, muitos optam por manter o laço conjugal.

Pincus e Dare (1981) ressaltam que a família advirá a partir de um “contrato não escrito do casamento” ancorado nas motivações inconscientes dos parceiros. Este contrato é um acordo mútuo inconsciente realizado com base nas projeções e identificações pautadas nas histórias de origem dos cônjuges. Os autores afirmam que este contrato é matriz da personalidade das crianças. Winnicott (1988) postula que a existência de um ambiente doméstico sadio para a criança no período de desenvolvimento emocional é fundamental, visto ser ele condição para o surgimento da capacidade de relacionamentos interpessoais, realizado entre pessoas totais. Acrescenta que, quando a família tem como base uma união satisfatória do casal de pais, e quando estes conseguem distinguir entre sonho e realidade, são proporcionadas condições para a criança descobrir todos os variados aspectos da satisfação triangular. Em contrapartida, a criança também contribui para a situação familiar na medida em que suas tendências naturais se associem ao acolhimento ambiental, tecendo uma comunicação dialética.

Neste artigo, discutimos a noção de ambiente conjugal dos pais entendendo que este faz parte do ambiente facilitador no qual o filho se inserirá. Abordamos os efeitos de um ambiente conjugal marcado preponderantemente pela dimensão

narcísica no processo de integração do eu e na delimitação dos limites psíquicos do filho.

2.2.

O casal como “ambiente facilitador”

Winnicott (1989) enfatiza que ser aquilo que somos depende muito do ponto que atingimos no desenvolvimento emocional. Ressalta que o desenvolvimento é um processo contínuo e interdependente desde o pré-nascimento. Toma como preocupação a investigação das condições ambientais por entendê-las como condicionais para a experiência de um ser total, social, pertencente à comunidade e preservado em sua autonomia. Partimos do pressuposto que o ambiente conjugal dos pais também pode ser compreendido como parte integrante do ambiente facilitador do filho, e que a conjugalidade dos pais repercute no processo de integração psíquica do mesmo. Tomamos como base principal para tal formulação os componentes de adaptabilidade e qualidade humana ressaltados por Winnicott (1971) na conceituação de ambiente facilitador.

No início o ambiente é absolutamente importante, contudo, em um segundo momento, passa a ter importância relativa. A adaptabilidade é um processo dinâmico e essencial vivido no ambiente, na sua integral adaptação às necessidades mutáveis do bebê, fornecendo-lhe subsídios necessários ao desenvolvimento. Winnicott (1971) afirma que as funções paternas, complementando as funções da mãe, e a função da família, com sua maneira cada vez mais complexa de introduzir o princípio de realidade, propiciam à criança a apropriação de sua autonomia.

No que diz respeito à qualidade humana, o autor pontua que o ambiente saudável requer presença humana nos cuidados. Mas, certamente, essa presença falhará devido às imperfeições próprias da qualidade humana contrapostas à perfeição programática das máquinas. Graças à qualidade humana envolvida na relação, o bebê poderá desenvolver suas tendências herdadas para o desenvolvimento, alcançando uma plenitude pessoal, um si mesmo individual preservado.

O tema do ambiente facilitador capacitando o crescimento pessoal e o processo maturacional tem que ser uma descrição dos cuidados que o pai e a mãe dispensam,

e a função da família. Isso leva à construção da democracia como uma extensão da facilitação familiar, com os indivíduos maduros eventualmente tomando parte de acordo com sua idade e capacidade na política e na manutenção da estrutura política (WINNICOTT,1989, p.113).

Compreendemos o meio facilitador, o ambiente, como uma organização complexa, repleta de nuances, sendo destacável o quanto é esperado que este se reorganize para se adaptar às necessidades mutantes do indivíduo em formação, ao seu crescimento e amadurecimento psíquico. A capacidade de conservar um sentimento de continuidade de ser provém de um sentido de unidade, que é adquirida no contato com ambiente. Deste modo, será permitido ao bebê se relacionar com um mundo objetivamente percebido através da base no mundo subjetivamente concebido desde o início.

Pensando na aquisição do senso de continuidade de ser, outro conceito que se torna central para fundamentar a nossa argumentação é o de personalização. Winnicott (1988) postula a ideia de alojamento da psique no corpo, uma coesão somática alcançada no processo de amadurecimento a partir de um asseguração do bebê pelos cuidados maternos: sua reunião somática nos braços e no olhar do outro. Nesse paulatino processo de integração do si mesmo é que se introduz o caráter temporal e espacial para o bebê, e a psique passa a realizar o seu trabalho de elaboração imaginativa das funções e sensações corpóreas. Entregar-se aos cuidados maternos, quando estes se mostram confiáveis, progressivamente transforma esse corpo físico em corpo erógeno, estabelecendo uma íntima conexão entre a psique e o soma. Assim, como ressalta Dias (2003), “A psique passa a habitar no corpo, tornando-o sua morada” (p.200).

Segundo Winnicott (1987), para a construção do sentimento de si é preciso haver uma predominância do fazer pelo impulso sobre o fazer reativo. Em casos patológicos extremos, a vivência de “ser” fica esvaziada de sentido e, na saúde, a criatividade é o fazer que, gerado a partir do ser, indica que se está vivo. O autor ressalta que, para o sentimento de si se constituir, é importante existir um ambiente saudável que não coloque a criança em uma posição demasiado avançada dentro do seu processo de desenvolvimento. É pelo amor recebido do ambiente que a criança se torna suficientemente confiante. É preciso que o bebê se encontre com um seio/ambiente que exista espontaneamente, no qual a alma compareça, mostrando uma capacidade de ser e não apenas de fazer.

Sentir-se um eu, isto é, sentir-se um ser singular diferente dos outros e do ambiente não é um dado presente desde o início da vida, mas uma aquisição resultante da atualização das tendências naturais no contexto de um ambiente que as favoreça (Plastino, 2009, p.74).

A experiência de ser é a base de todas as experiências subseqüentes, o que inclui a experiência de identificação. Dias (2003) acentua que o “ser” é a mais simples de todas as experiências e provavelmente por isso a mais difícil de ser concebida. O encontro com o objeto viabiliza o estar vivo. Ainda na etapa da oralidade, a experiência de identificação primária com o objeto subjetivo faz o bebê se imaginar como sendo ele próprio o seio, formando uma identidade incipiente do si mesmo primário.

O conceito de integração também se torna relevante para a nossa discussão. O sujeito parte, inicialmente, de um estado de não integração psíquica e, através dos cuidados proporcionados pelo ambiente, trilha um gradual e contínuo processo em direção à integração psíquica. Há de se ter primeiramente um sentido de tempo e espaço no mundo subjetivo, assegurado pela presença da mãe, por sua permanência e pela continuidade de cuidados, que, pouco a pouco, proporciona o encontro de objetos na exterioridade. Para haver um encontro de objeto, é necessário um mundo onde os objetos possam ser encontrados, e um si mesmo que possa encontrá-los, um paradoxo inerente à constituição subjetiva. A desadaptação suficientemente boa da mãe é imprescindível para o início do rompimento da unidade indiferenciada mãe-bebê, desencadeando um processo de separação que levará o indivíduo à integração em um eu unitário, capaz de estabelecer relações com o não-eu, adquirindo o sentido de alteridade.

Entendemos que, para o indivíduo atingir uma maturidade emocional, é necessário que o ambiente familiar proporcione um caminho de transição entre o cuidado dos pais e a vida social. É preciso que a família dê oportunidades para que ele seja capaz de se identificar com outros agrupamentos sem perder o sentido de continuidade pessoal, sem sacrificar em demasia seus impulsos espontâneos, sendo esta uma das raízes da criatividade. Como elucidava Winnicott (1965) em seu trabalho sobre a família e sobre a maturidade emocional, o pai e a mãe estão na origem de todos os futuros deslocamentos, e é função da família construir as bases sobre as quais se desenvolvem os elementos essenciais para o crescimento emocional dos filhos. O autor também corrobora a ideia de que é da família de

origem de cada um dos membros do casal que são extraídas, para a nova relação, as heranças subjetivas e emocionais que darão o contorno relacional conjugal.

Para fundamentar nossa discussão, destacamos teóricos como Eiguer (1985, 2013) Nicolló (1995), Walsh (2002) e Gomes (1998, 2003), que trabalham temas como a escolha do par conjugal e a formação da família. Os referidos autores destacam a importância do ambiente de origem de cada um dos membros do casal e ressaltam a influência do processo de amadurecimento de cada um como fator imprescindível para a consolidação do laço conjugal. O estabelecimento de uma conjugalidade madura depende do encontro entre pessoas totais, e isso também favorecerá a adaptação às mudanças inerentes à constituição familiar e à criação dos filhos.

A adaptabilidade é central para a composição de um ambiente saudável. Walsh (2002) corrobora essa ideia considerando fundamental haver uma relação de equilíbrio no casal, uma estrutura estável e flexível que possa responder às vicissitudes e às oscilações da vida, sendo essa capacidade um dos requisitos principais para um bom funcionamento do casal e da família.

Gomes e Paiva (2003) consideram que, na sociedade atual, o casamento pode constituir um *holding*, mesmo havendo um alto grau de imaturidade e individualismo inerente ao mundo contemporâneo. Valendo-se do referencial winnicottiano, as autoras pontuam que tanto o casamento quanto a família podem, muitas vezes, funcionar como espaço de maturidade parental, que possibilita um contínuo crescimento da família, incluindo pais e filhos.

Quanto à influência do ambiente conjugal no ambiente facilitador do processo de maturação do filho, Winnicott (1988) e Dolto (1988) afirmam que é mais provável a criança suportar ou se restabelecer dos efeitos da morte de um dos pais, ou de um divórcio, do que das complicações provocadas pelas dificuldades emocionais entre os membros do casal conjugal. Dolto questiona como poderia uma criança não sentir uma vivência de ameaça na sua própria coesão psíquica quando percebe o estado de desentendimento vivido entre os pais. Quando a criança não consegue distinguir os compromissos recíprocos da relação conjugal dos pais dos compromissos parentais, emergem sentimentos de desamparo e angústia.

As tensões na relação conjugal dos pais poderão provocar uma descontinuidade no desenvolvimento psíquico dos filhos principalmente na fase

anterior à latência. Isto porque, nessa etapa, ainda primitiva, não foi possível desenvolver um “ambiente interno” no qual uma organização ativa seja capaz de tolerar falhas ambientais graves e produzir um contexto emocional mais agradável e mais seguro. Tendo em vista que a característica central dos cuidados iniciais é a confiabilidade, a construção de um *falso self* pode despontar como resposta adaptativa a um meio falho e invasivo.

Quanto mais para trás formos, maior será a importância do ambiente. Mesmo aos dois anos, para uma criança normal que está lidando bem com as complexidades do relacionamento com ambos os pais, verificamos que o ambiente tem que ser suficientemente bom, e precisa ser mantido (WINNICOTT, 1988, p.175).

As crianças que tiveram experiências conturbadas na interação com pais inseguros ou angustiados, com frequência se veem aflitas no contato com a realidade externa. O sentido de externalidade e a capacidade de percepção, que são características da relação com os objetos percebidos objetivamente, sofrem prejuízo. Isso pode pesar sobre elas como uma ameaça “da perda da capacidade de se relacionar” (WINNICOTT, 1988), descrita como uma questão de vida ou de morte, ligada ao conflito entre a busca do amor e a necessidade de manter algum isolamento. Separar o si mesmo dos objetos e o si mesmo do ambiente total são conquistas muito sofisticadas que podem ser temidas quando o ambiente não é assegurado para o bebê, gerando uma vivência de ameaça na continuidade de ser total, e profundo desamparo e desproteção. “O indivíduo encontra-se em condições bem melhores, se o ambiente se comporta de modo coerente” (WINNICOTT, 1958, p.312).

2.3.

O mundo compartilhado do casal

A vivência satisfatória da capacidade de estar só é o que possibilita ao sujeito descobrir uma vida pessoal própria, íntima, na qual se usufrui de um sentimento de si mesmo genuíno e, ao mesmo tempo, é o que possibilita ser casal. Lejarraga (2012) afirma que a pessoa que não conquistou essa capacidade, por não ter experienciado a solidão acompanhada, a “solidão com”, vive o estar só como “solidão sem”, em uma vivência de vazio afetivo, que a faz buscar incessantemente a interação com os outros.

Winnicott (1971) considera que a capacidade que os sujeitos têm de permanecerem sós em um estado de tranquilidade é desenvolvida nos primeiros momentos da vida através da vivência satisfatória transicional. A experiência de ilusão é uma ponte para a realidade. Tendo uma sólida experiência de ilusão e onipotência, o bebê pode, aos poucos, ir se frustrando com falhas ambientais e aproximando-se do processo de aceitação da realidade objetiva.

É preciso haver uma extrema adaptação materna, possibilitada pelos cuidados ambientais, para que o bebê tenha o primeiro contato com a realidade, que inicialmente é subjetiva. O bebê vive a ilusão de ter criado a própria realidade. Quanto mais iludido o bebê esteve, melhores serão as condições de se desiludir e reconhecer a existência da realidade objetiva, desenvolvendo assim, as experiências da transicionalidade. É importante ressaltar que a característica fundamental dos objetos subjetivos é a de serem confiáveis. O objeto chega ao bebê no momento preciso de sua possibilidade de recebê-lo e assimilá-lo, como parte de si naquele instante. “A adaptação ao princípio da realidade deriva, espontaneamente, da experiência de onipotência dentro da área que faz parte do relacionamento com objetos subjetivos” (WINNICOTT, 1965, p.164).

Uma importante contribuição de Winnicott está em sua postulação acerca de uma ausência na separação nítida entre eu/outro, e interno/externo. É inconclusa a tarefa humana de fazer tais distinções. Esse tipo de paradoxo é compreendido como constituinte do psiquismo humano. Desde o início, e ao mesmo tempo, a realidade é criada e também achada, ou seja, o bebê só cria a partir daquilo que encontra. Assim, a vivência de estar só na presença do outro é adquirida através do processo de apreensão da realidade ao longo do desenvolvimento psíquico. Nesse processo, que se inicia na relação com o objeto subjetivo e passa pelo espaço transicional e pelo uso do objeto, há uma indispensabilidade do outro, o que ratifica que o ser humano só pode ser concebido dentro de uma esfera ambiental.

Winnicott (1971) também destaca que a área intermediária é o espaço em que é possível viver a sensação de estar verdadeiramente presente, ter experiências pessoais e repousar. É preciso uma base de confiança na vivência das primeiras experiências de ilusão para que a relação entre o que é objetivamente percebido e o que é subjetivamente concebido conduza à internalização do paradoxo constituinte e à aceitação de diferenças e similaridades.

Quanto ao paradoxo constituinte, compreendemos que a capacidade de desfrutar a solidão dialoga com a capacidade de estabelecer contato afetivo, o que pressupõe ter havido uma vivência de relação com alguém que foi presente, mas soube se ausentar na presença. Sendo assim, o laço afetivo e, particularmente, a conjugalidade, quando embasados na autêntica capacidade de estar só, propiciam momentos de fusão e de diferenciação, o que dispensa uma vivência ininterrupta com o outro. O mundo objetivamente real, compartilhado, tem muito a oferecer desde que para estar integrado nesse mundo não haja uma perda da realidade do mundo pessoal imaginativo.

Propomos considerar que, na formação do casal, as nuances do paradoxo “estar junto e separado” em cada um dos parceiros e a necessidade de reinvenções inerentes à formação do laço entrarão continuamente em jogo. Winnicott (1987) afirma que o casamento pode ser uma forma adulta de experienciar o viver criativo, já que os membros do par conjugal podem trocar experiências e se divertir juntos. Argumenta que é possível desenvolver um espaço de brincar no casal, de preservação dos verdadeiros *selves* dos parceiros, considerando que qualquer interação humana comporta certa concessão de parte de si. Magalhães e Féres-Carneiro (2003) e Magalhães, Féres-Carneiro e Gorin (2013) ressaltam que a conjugalidade deve ser compreendida como espaço de transicionalidade, propiciador da afirmação das subjetividades dos parceiros, considerando-a em uma dimensão criativa e produtiva. Depreendendo que as relações amorosas possuem uma ligação indissociável com o brincar, podemos afirmar que em relações suficientemente saudáveis o espaço potencial é bem desenvolvido. A trama psíquica subjetiva se constitui na intersubjetividade desde os primórdios, as experiências primitivas de intimidade e de cuidado ambiental são necessidades intrínsecas dos processos de maturação. Essa trama infantil e primitiva será o protótipo das relações amorosas que o indivíduo terá futuramente.

No espaço transicional, os objetos são ao mesmo tempo criados e encontrados. Na construção do espaço potencial conjugal, ocorre a descoberta de um parceiro que existe na realidade e de um parceiro subjetivamente construído. A experiência subjetiva se apresenta nesse paradoxo. O parceiro é entendido e vivido como um diferente e como parte de um mundo concebido. A conjugalidade seria um interjogo contínuo entre intrapsíquico e interpessoal, das imagens internas e das relações objetais compartilhadas (Eiguer, 1985). Os parceiros

encontram na conjugalidade um lugar de reencenações de seus repertórios subjetivos, onde o mecanismo de identificação projetiva atua amplamente.

A possibilidade de cada cônjuge se surpreender com sua própria criação, quando a diferença que desponta do outro começa a se apresentar, pode ser vivida de forma excitante. Em uma relação saudável, o parceiro é criado ao mesmo tempo em que é descoberto, e é possível vivenciar o sentimento de si mesmo através do outro. Nesse jogo do espaço potencial, entre ausência e presença, é estabelecida uma correspondência entre a própria criação e a percepção do outro da exterioridade, nos momentos de intimidade, fusionalidade e de singularidade. O movimento de ilusão-desilusão propicia uma recriação do vínculo emocional conjugal e das próprias identidades dos parceiros.

Se o brincar e o criar são aquisições advindas da ordem do prazer, entendemos que a relação saudável precisa se estabelecer de forma suficientemente prazerosa, ainda que existam conflitos, angústias e estranhezas decorrentes da marca da alteridade na relação. Magalhães (2003) e Magalhães, Féres-Carneiro e Gorin (2013) afirmam que a ilusão e os ideais possuem papéis estruturantes na conjugalidade, sendo responsáveis pela manutenção da relação amorosa e das transmutações subjetivas nos membros do casal. Ressaltam que a conjugalidade favorece a oscilação entre dependência-independência, diferenciação-indiferenciação, na medida em que o objeto amoroso não é realidade nem fantasia, mas sim constituído na transicionalidade.

Quando esse cenário transicional é marcado por dificuldades em viver a etapa de desilusão, prepondera na conjugalidade a relação com objetos subjetivos, os quais se caracterizam por excluir qualquer separação entre o sujeito e o objeto, apontando para um sentido de realidade anterior à representação. Nesses casos, o encontro é marcado preponderantemente por uma qualidade narcísica, com prejuízos na passagem do princípio de prazer para o princípio de realidade. Nicolò (1991) ressalta a preponderância da qualidade narcísica nas relações em que o mecanismo de idealização prepondera, havendo grande possibilidade de uma decepção futura passar a figurar no cenário. Nesses casos, um dos parceiros, ou ambos, pode viver uma adaptação passiva e empobrecida ao mundo do outro ou à relação. A criatividade passa a dar lugar a um falso si mesmo e gera um entendimento deturpado do outro, artificializando a relação e esvaziando as experiências do espaço potencial.

Como alerta Winnicott (1965), o casamento e a constituição de uma família nem sempre são sinais de maturidade. O autor lança a seguinte questão: “Devemos preferir que homens e mulheres esperem até estarem ricos e confortáveis para casar?” (p.65). E responde que homens e mulheres têm necessidade de estabelecer o que chamou de plataforma, para se lançarem em direção a crescimentos posteriores. Devido à imaturidade de cada um do casal, muitas vezes observamos prejuízos na criação de um espaço potencial na relação. Nesses casos, a relação amorosa não se caracteriza como satisfatoriamente ilusória e transicional, pois ambos não internalizaram a confiança no mundo e em si mesmos. No texto intitulado “Vivendo de modo criativo” (1989), Winnicott afirma que nem todos os casais sentem que podem ser criativos e permanecer casados. Em alguns casos, um dos integrantes do par se encontra envolvido em um processo que poderia terminar na vivência de um mundo criado pelo outro, apresentando um tamponamento da vida criativa. A hipótese sobre a qual nos debruçamos é a de que tal esvaziamento conjugal estará na base do ambiente familiar no qual o filho se inserirá.

Quando a relação amorosa não se torna ilusória e transicional, porque um dos integrantes do casal – ou ambos – não internalizou a confiança no mundo e tende a renunciar à própria criatividade, ou a idealizar e se decepcionar com o parceiro, desenvolvem-se modalidades patológicas da relação, que vão desde o banal tédio conjugal até as formas mais violentas de submissão e dominação (LEJARRAGA, 2012, p. 97).

Concordamos com Eiguer (1985) quando o autor observa que é comum a conjugalidade ser construída a partir do que há de mais infantil e regressivo em cada um dos parceiros. Ainda que formas arcaicas de relações objetais sejam reeditadas na relação conjugal, ou seja, que uma certa fusionalidade seja esperada, um encontro de duas subjetividades saudáveis também é lugar para a renovação. Quando esse fator de criação se encontra despotencializado, os conflitos intrapsíquicos podem encontrar no parceiro um terreno fértil para atuações. Verificamos que o encontro conjugal pode evidenciar falhas nos processos de individuação de cada parceiro, propiciando que o outro seja investido como suporte do eu, como um reforço de seu sistema defensivo, na expectativa de que esse fique cristalizado na posição para a qual fora designado e na qual se colocou. Muitos casais mantêm esse arranjo conjugal como forma de gratificação parcial de seus desejos infantis e ilusórios, como forma de reassseguramento narcísico.

Gomes (1998) e Gomes e Paiva (2003) destacam que uma das formas de o casal entrar em contato com seus conflitos é através do sintoma de seus filhos. Em muitos casos, o sintoma de um filho pode expressar um conflito conjugal e/ou familiar ou ainda uma desestruturação destas relações, ou seja, o sintoma do filho deflagra um ambiente conjugal que não pôde funcionar de forma suficientemente boa. Nesses casos, as crianças funcionam como bodes expiatórios. Como já apontara Winnicott (1965), dentre homens e mulheres imaturos que se casam, muitos encontram na família motivos para grande alegria e alívio. Por outro lado, ressalta que o crescimento dos filhos, sobretudo durante a adolescência, pode desafiar a continuidade do próprio crescimento dos membros do casal.

2.4.

Prejuízos no ambiente conjugal e as repercussões na parentalidade

Pesquisas fundamentadas nas teorias psicanalíticas de família e casal discutem a relação entre a instauração e a vivência da conjugalidade e seus desdobramentos na vida familiar. Pincus e Dare (1978) descrevem que os sujeitos que não se individuaram satisfatoriamente tendem a expressar essa dificuldade no tipo de conjugalidade que formarão e nos padrões relacionais que desenvolverão com seus filhos. Os conflitos na conjugalidade permeiam o campo da parentalidade, interferindo no desenvolvimento do vir a ser do filho (MAGALHÃES E FÉRES-CARNEIRO, 2005; GOMES E PAIVA, 2003). Winnicott (1958) amplia o conceito de ambiente incluindo a esfera conjugal. Ao desenvolver o tema dos fenômenos transicionais, o autor propõe que o ambiente, nas primeiras fases de desenvolvimento, tem um papel vital para o bebê, que precisará sair do estágio de dependência absoluta e viver uma gradativa separação entre o eu e o não-eu. É preciso haver um cuidado maternal e paternal, que se estenderá à família.

No texto “Crescimento e desenvolvimento na fase imatura” (1965), Winnicott ressalta que nos primeiros estágios do desenvolvimento instintivo se encontram as falhas básicas que poderão paralisar a vida de muitos adultos. Enfatiza o quanto são necessárias a estabilidade e a continuidade do ambiente nos aspectos tanto físicos quanto emocionais. O cuidado que proporciona condições consistentes de elaborar os conflitos excitatórios inerentes ao processo de

maturação formará a base das brincadeiras e dos sonhos. Destaca o fato de os adultos saberem, de modo intuitivo ou por meio dos ensinamentos transmitidos pela cultura, que os melhores prazeres da vida podem ser estragados pela intromissão da excitação corporal.

[...] Grande parte da técnica de viver consiste em encontrar modos de evitar os excitamentos corporais que não tem condições de atingir seu clímax no momento apropriado. Este controle, naturalmente, é mais fácil de ser obtido por aqueles cuja vida instintiva é satisfatória dos que são obrigados a tolerar um alto grau de frustração em seus relacionamentos sexuais (WINNICOTT, 1986, p.37).

Winnicott (1965) afirma que a criança precisa de um ambiente que suporte o despejo de suas excitações altamente destrutivas que acompanham a experiência instintiva. Com isso, o bebê vai descobrindo que o objeto atacado na fantasia é o mesmo que é amado e necessitado. Portanto, a mãe precisa estar presente e sobreviver, viabilizando a transformação da culpa infantil em responsabilidade. É interessante assinalar que ao encontrar um ambiente capaz de acolher sua agressividade, ligada à motilidade e à força vital, o bebê encontrará as fontes potenciais de criatividade e vitalidade. A ausência de um *holding* que contenha o excesso de excitação no bebê poderá acarretar-lhe comportamentos psicóticos típicos no futuro.

Corroborando a nossa proposta de considerar a conjugalidade como ambiente, o texto de Winnicott (1965) “Fatores de integração e desintegração na vida familiar” elucida que o bebê precisa vir ao mundo depois de um estágio no qual os cônjuges se sintam suficientes como casal conjugal. A existência da família e a preservação de sua atmosfera resultam do relacionamento dos pais no quadro do contexto social em que vivem e da relação íntima do próprio casal.

Singly (2007) considera que o casamento é, do ponto de vista da identidade pessoal, um evento existencial decisivo, uma vez que a comunicação entre os cônjuges propicia permanentes trocas, pelas quais novas visões de mundo podem ser validadas. A autonomia do casal conjugal em relação à parentela é delineada pelas trocas verbais entre os parceiros. Referindo-se a um “eu conjugal”, diz ser o casamento uma das relações sociais que mais contribuem para criar um *nómos*, que permite a existência de inúmeras experiências de realidade. Sendo assim, os parceiros podem constituir um suporte que venha a garantir a possibilidade e a estabilidade do mundo socialmente definido, uma perspectiva indentitária. O autor diz que o ambiente conjugal pode deteriorar as condições de socialização infantil

ao inscrever no corpo desse futuro jovem uma história infeliz familiar. Dessa forma, o adoecimento é expressão da forma pela qual o afeto se encontra em sua organização subjetiva.

Winnicott (1965) afirma existirem forças poderosas de criação e de conservação da família que resultam da própria relação entre os membros do casal, forças estas ligadas à complexa fantasia sexual. O sexual, nesse contexto, abarca a satisfação física do casal, como também a noção de gozar da potência criativa que deriva da maturidade emocional individual. Acentua que todos na família tendem a lucrar quando pai e a mãe gozam desta vivência interna satisfatória. Seria difícil compreender a atitude dos pais em relação a seus filhos sem considerar o modo pelo qual os filhos se inserem nas fantasias conscientes e inconscientes dos mesmos. Como afirma Lebovici (2004), o narcisismo primário é a base para a parentalidade, sendo fundamental demonstrar aos filhos que foram desejados.

Sublinhamos que a parentalidade é atravessada pela conjugalidade. A construção da parentalidade pressupõe uma nova fase na qual os parceiros são confrontados com transformações identificatórias profundas, em um processo complexo de “torna-se pais”, envolvendo níveis conscientes e inconscientes do funcionamento mental. O psicanalista Paul-Claude Racamier, em 1961, debruçado em seus estudos sobre as psicoses puerperais, propôs o termo maternalidade para discutir um conjunto de processos psicoafetivos, dinâmicos e processuais vivenciados pela mulher ao passar pela maternidade. O termo parentalidade é um desdobramento dessa teorização, que designa que “torna-se pais” requer um processo complexo que implica níveis conscientes e inconscientes do aparelho psíquico.

Considerando que a família permite a inscrição da criança em uma genealogia e em uma filiação indispensáveis à constituição de seu processo de humanização, de encontro e pertencimento geracional, pensar sobre a função parental se mostra fundamental. Freud já em “Totem Tabu” (1912) analisa os princípios do funcionamento inconsciente que estariam na origem da parentalidade, ressaltando que o parentesco e a cultura são organizadores fundamentais da subjetividade. Respalda na tese da incompletude, do desamparo fundamental, afirma que a criança constrói representações mentais de ordem parental a partir da alternância entre presença e ausência. O desejo da mãe

por seu filho é a fonte do narcisismo primário, é o que dá sentido próprio à criança e permite que esta se sinta viva na ausência materna. O narcisismo primário encontra abrigo no corpo da criança e, segundo Lebovici (1997), é o que permite que o ego da criança se desenvolva, aderindo à vida.

Missonier (2004), ao abordar a interação dos pais com a criança desde o período pré-natal, afirma ser pertinente considerar uma base narcísica conjugal para além da base narcísica de cada um dos pais. Ressalta que há algo em particular na escolha narcísica dos objetos conjugais que pode repercutir em uma fusão na formação do que chama de “pais aprendizes”, de tal forma que o lugar da criança é posto à distância por representar uma ameaça à homeostase conjugal. Entendemos a importância de a ligação parental ser marcada por um ato de reconhecimento intersubjetivo que tenha em sua origem um espaço de trocas corporais e imaginárias entre o ambiente e o bebê. A parentalidade é uma vivência para além de ter um filho. Na linguagem winnicottiana, diríamos que a fragilidade dos vínculos iniciais, ou mesmo uma falha significativa no suporte ambiental, pode deixar o bebê absolutamente sozinho, sendo o contraponto da experiência fundante de ficar só.

O bebê, desde a sua vivência intrauterina, se vê diante das discontinuidades ambientais e torna-se apto a administrá-las, exceto quando essas quebras se apresentam excessivas ou demasiadamente prolongadas. A relação objetal é imprescindível, ainda que cause danos. O hiato entre a adaptação total e incompleta é enfrentado por meios intelectuais pelo indivíduo quando o ambiente se comporta de forma coerente. Quando o ambiente é por demais distorcido e confuso para o bebê, ele desenvolve uma organização defensiva.

Precisamos conhecer o que ocorre à criança quando um bom ambiente é destruído, ou quando esse bom ambiente nunca chegou a existir; esse conhecimento envolve um estudo de todo o desenvolvimento emocional do indivíduo. Alguns fenômenos já são suficientemente conhecidos: o ódio é reprimido, ou a capacidade de amar outras pessoas é perdida. Várias organizações defensivas cristalizam-se na personalidade da criança (WINNICOTT, 1965, p.198).

Para constituir-se psiquicamente, integrando a própria personalidade, o bebê precisará drenar a vivência instintual de modo a reconhecer, de forma crescente, sua própria crueldade e avidez, para que essas possam ser convertidas em atividade sublimada. O ambiente facilitador, aqui também entendido como o casal

parental e o conjugal, precisará funcionar de modo a dar sustentabilidade a estas moções internas que demandam um acolhimento que dê contorno ao bebê.

Quando a conjugalidade apresenta pouca capacidade de contenção dos aspectos destrutivos dos próprios parceiros, a falha em acolher a destrutividade do filho tenderá a ocorrer, podendo ser interpretada como ataque pessoal. A vivência empática dos pais dará lugar a mecanismos projetivos massivos que obstruirão a possibilidade de contato com aspectos próprios de si e do outro. Para Prado (2007), as crianças expostas a este tipo de interação com os pais já trazem uma subjetividade carregada de legados de uma história que as antecede e que envolve falhas ambientais, culpas, violências e mágoas, que não dizem respeito a elas, e sim aos pais e à própria relação conjugal dos mesmos. Observamos que o surgimento de um sentimentalismo dos pais também pode ser compreendido como um recurso defensivo próprio a essas situações, contendo uma negação inconsciente da agressividade subjacente ao humano, e pode ser devastador para a criança em desenvolvimento. A criança precisará encontrar formas indiretas para expressar sua destrutividade. Winnicott (1971) afirma que “nenhuma manifestação é sentida como valiosa se não implicar agressão reconhecida e controlada” (p. 102).

A realização do impulso individual criativo depende, portanto, de um ambiente que não se sinta atacado, que se ofereça para um espelhamento. A integração, assim como a experiência de personalização e de realização, só ocorre a partir de um ajuste sensível do ambiente, com permissão para internalização do objeto cuidador inicial. Na saúde, o objeto transicional “vai para dentro” sendo gradualmente descatexizado; aos poucos relegado, mas não esquecido. O seu sentido se perde, tornando-se difuso, pertencente ao interno e ao externo, passando ao campo da cultura. Haverá uma ampliação gradual do âmbito de interesses da criança que não se restringe ao objeto transicional específico. Pode-se dizer que a separação é preenchida pelo espaço potencial, pelo brincar criativo, pelo uso de simbologias e por tudo que se soma à vida cultural. Aqui verificamos a marca da diferenciação, de uma vivência de integração psíquica que abarca a alteridade.

Quando uma base de confiança para viver satisfatoriamente as primeiras experiências de ilusão se instaura, a área intermediária é experienciada. Winnicott (1967) afirma que os espaços potenciais entre o bebê e sua mãe, entre a criança e a

família, entre o sujeito e a sociedade, dependem do sentimento consolidado de confiança. Winnicott (1965) trata da importância de se ter uma mínima confiabilidade ambiental em torno da criança para que esta não prejudique seu crescimento emocional com distorções. Cita exemplo de famílias em que o casal se vê em estado crítico, tendendo à “implosão”, como ambiente propício para entraves em torno do vir-a-ser.

O colapso na área da confiança, marca do trauma na teoria winnicottiana, é aquilo que rompe com a idealização do objeto, que restringe a capacidade lúdica do sujeito com o empobrecimento das brincadeiras, da vida cultural, gerando vivências de desmoronamento do eu e ativando defesas paradoxais. Se o espaço potencial é o encontro entre as áreas do brincar, do eu e do outro, entendemos que se o outro não comparecer nessa interseção, e se apresentar demasiadamente falho, haverá nítidos prejuízos na constituição do eu.

2.5.

Considerações Finais

A teoria winnicottiana destaca que é função da família fornecer o ambiente emocional que facilite o vir-a-ser da criança. As necessidades de uma criança em desenvolvimento se modificam conforme esta vai internalizando os cuidados recebidos, apropriando-se de si e de seus próprios recursos psíquicos, a partir do diálogo com a realidade. A família satisfaz as necessidades instintivas e para isso é preciso que ela esteja disponível, afinada em sua qualidade humana, para receber a contribuição pessoal do bebê. A efetivação das tendências naturais do sujeito depende de um ambiente favorável que proporcione a vivência satisfatória dos processos de integração, personalização e realização. Essas experiências iniciais são cruciais para a vida humana e conduzem ao sentimento de ser real, de continuidade da existência. Entendemos que os familiares são personagens imprescindíveis em todo processo vital de constituição subjetiva, na medida em que o sujeito é forjado na intersubjetividade.

Assim, destacamos que a conjugalidade dos pais deve ser considerada como parte do ambiente que é fundamental para a constituição psíquica do filho. Partimos do entendimento de que é função da família proporcionar as bases sobre as quais o sujeito conquistará a maturidade emocional, e que é na família de

origem que cada membro do casal constituirá sua subjetividade. Ressaltamos que as relações amorosas têm um diálogo com a esfera criativa, do brincar, posto que são constituídas com base nas experiências primitivas de relação de objeto. A vivência da paradoxalidade intrínseca ao campo do transicional permitirá que os cônjuges possam se relacionar tanto com um parceiro subjetivamente construído quanto com o que existe na realidade. Uma construção deficitária do espaço potencial conjugal marcará a relação pela imaturidade, pela sua qualidade narcísica e projetiva, por um esvaziamento subjetivo, contraposto à dimensão criativa, que possui potencial de reinvenção e satisfação.

Consideramos que a parentalidade suficientemente boa é capaz de auxiliar a criança em sua inscrição na genealogia familiar, na constituição de sua identidade, e no próprio percurso de humanização. Quando os conflitos na esfera conjugal atravessam a esfera parental, os efeitos deletérios no ambiente levam a dificuldades em cumprir a função de sustentação suficientemente boa, necessária ao processo de subjetivação do filho.

Concluimos que, quando pais se mostram imaturos, tanto na esfera individual quanto na conjugal, não provendo um ambiente que dê suporte afetivo e psíquico ao filho, este se vê exposto à dinâmica da conjugalidade, enredado em uma forma de pertencimento que o invade excessivamente. Face a esse tipo de circunstâncias desfavoráveis, os filhos têm que se esforçar, através de estratégias defensivas, mentais e corporais, para proteger seu sentido de identidade e sua sexualidade. E, dentre as inúmeras consequências deste ambiente, o corpo adocece na medida em que não atinge coesão, mantendo-se um corpo vazio, pouco eroginizado.

3

Espaço potencial conjugal: um estudo sobre os efeitos da imaturidade conjugal

Resumo

Este artigo tem por objetivo discutir a noção de espaço potencial conjugal e as falhas na conjugalidade relacionadas à imaturidade dos membros do casal. Para tal, recorreremos aos estudos psicanalíticos sobre a conjugalidade que apontam para a existência de uma nova dimensão intersíquica a partir do encontro dos parceiros, no qual se dá um jogo inconsciente dinâmico. Os repertórios subjetivos dos parceiros se encontram e produzem, com base no passado geracional de cada um, uma nova e original estrutura: um espaço potencial conjugal. Concluímos que, quando a conjugalidade é marcada por uma qualidade narcísica, predomina um padrão relacional patógeno, e uma percepção distorcida de si e do parceiro. Nesses casos, o uso de mecanismos defensivos se massifica, artificializando o laço conjugal e empobrecendo as experiências do espaço potencial.

Palavras-chave: Espaço potencial; conjugalidade; mecanismos defensivos.

3.1.

Introdução

A instauração da conjugalidade se dá na interseção das tramas psíquicas dos membros do casal, em uma dimensão alicerçada em vivências compartilhadas e em elementos psíquicos a serem elaborados. Tal interseção possibilita a construção de um espaço transicional do casal, que pode ser comparado ao espaço potencial conceituado por Winnicott (1958). Esse espaço nasce do encontro entre os mundos internos e externos, familiares e individuais dos dois parceiros. Cada parceiro contribui através de aspectos que serão confrontados, metabolizados e recriados, aludindo a um jogo recíproco que dialoga com a esfera criativa do brincar. Dessa dialética entre continuidade e descontinuidade, “eu e nós”, resulta algo original: um eu conjugal (EIGUER, 1985, 2013; FÉRES-CARNEIRO, 2003; RUFFIOT, 1984).

Neste trabalho, pretendemos discutir o espaço potencial conjugal, entendendo que este não pertence ao mundo externo, nem ao mundo interno de cada parceiro, visto ser investido e transformado pelas projeções de cada um e submeter-se a verificações constantes. Essa nova estrutura trará a marca das experiências de frustração e desilusão, e resulta do gradual e infindável percurso de afastamento do investimento massivamente narcísico no outro em direção a um contato mais diferenciado entre o eu e o não-eu.

Partimos do entendimento de que a conjugalidade é forjada em uma dimensão intersubjetiva, e não somente a partir da dimensão intrapsíquica (MAGALHÃES E FÉRES-CARNEIRO, 2003; MAGALHÃES, FÉRES-CARNEIRO E GORIN, 2013). Neste sentido, ressaltam-se aspectos narcísicos e identitários, relacionados aos objetos parentais internalizados que remontam aos primeiros objetos de amor e à vivência edípica de cada um dos parceiros, uma vez que esta trama identificatória estará presente na constituição de um psiquismo compartilhado entre os membros do casal.

As relações conjugais imaturas se caracterizam por apresentar uma qualidade narcísica preponderando sobre a esfera criativa, trazendo para a cena conjugal uma percepção deturpada de si e do parceiro. Na tentativa de evitar a perda e o luto de aspectos idealizados na conjugalidade, mecanismos defensivos são usados de forma intensa, buscando um estado fusional em detrimento da relação objetal. Desse modo, o laço conjugal, em muitos casos, assume conotações patógenas, contribuindo para esvaziar as experiências do espaço potencial.

3.2.

A noção de espaço potencial conjugal

Winnicott (1971) discute a potencialidade criativa afirmando que, quando o contato com o mundo é criativo, o bebê pode se apropriar da realidade e ter uma sensação de realidade da experiência. Para tal potencialidade se desenvolver é necessário que o ambiente apresente uma qualidade amorosa, de forma a prover subsídios para o bebê vivenciar o interjogo entre o mundo interno e o mundo externo, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade inata para o amor e para o estabelecimento de vínculos. Nesta perspectiva, ao abordar o amor como

ilusório e transicional, o autor vislumbra o potencial saudável e criativo das relações amorosas.

A concepção winnicottiana de impulso criativo é diretamente relacionada à criatividade primária. No estágio de dependência absoluta, a mãe proporciona ao seu bebê uma experiência ilusória, na medida em que oferece o seio ao mesmo tempo em que o bebê o alucina. A realidade coincide com a fantasia. A experiência de ilusão e a onipotência do bebê tornam o objeto subjetivamente concebido através do impulso criativo, o que fortalece o sentimento de existência. A partir dessa experiência inicial, desenvolve-se um processo de paulatina desilusão no qual a exterioridade se apresenta através das falhas do ambiente, proporcionando o encontro com o objeto objetivamente percebido. Os objetos e os fenômenos transicionais inauguram a área intermediária, o entre, onde o impulso criativo interno se funde com o que é achado no externo. O espaço potencial, também chamado de terceira área, é marcado por um paradoxo; não há um mundo inteiramente subjetivo, nem objetivo, mas há um mundo entre ambos.

A experiência de ilusão não se opõe à realidade, ela estabelece uma ponte com a mesma. A extrema adaptação ambiental no início da vida é o alimento da ilusão de onipotência que se desfaz paulatinamente conforme ocorrem as inevitáveis falhas ambientais. Ou seja, a desilusão é fundamental para que o processo de apropriação da realidade objetiva ocorra. É fundamental que esses processos iniciais sejam vividos satisfatoriamente, inaugurando as experiências do espaço potencial. O bebê através de seu impulso criativo espontâneo cria o objeto. Contudo, como já está vivenciando simultaneamente o processo de desilusão, sua onipotência é suavizada e ele passa a perceber parcialmente a existência do objeto como sendo um não-eu.

Destacamos que a confiança é a base para vivenciar o espaço potencial, considerado por Winnicott (1965) como o lugar no qual podemos repousar e desfrutar, um espaço em que é permitida a espontaneidade dos gestos. A experiência da transicionalidade se prolonga por toda a vida, só podendo ser concebida em sua perspectiva intersubjetiva. Assim, a possibilidade de estar na cultura e estabelecer vínculos amorosos advém da experiência transicional. Uma relação saudável se apoia nessa experiência de realidade compartilhada presente desde os primórdios da vida psíquica.

As relações amorosas possuem uma ligação indissociável com o brincar. Entendemos que as relações amorosas que vivenciam de forma suficientemente boa o espaço potencial podem usufruir de uma potencialidade criativa. No espaço potencial, o paradoxo consiste no fato de os objetos serem ao mesmo tempo criados e encontrados. Portanto, podemos inferir que, na construção do espaço potencial conjugal, há a descoberta do parceiro que existe na realidade e de um parceiro subjetivamente concebido. A pessoa amada seria, paradoxalmente, parte do mundo subjetivo do sujeito e, ao mesmo tempo, uma pessoa reconhecida em sua alteridade. Os parceiros são simultaneamente criados.

A transicionalidade tem valor estruturante na conjugalidade pois ativa os processos de ilusão-desilusão, tecendo uma dialética constitutiva entre conjugalidade e subjetividade. É na transicionalidade que o casal vivencia momentos de diferenciação e indiferenciação, sendo, como afirmam Magalhães e Féres-Carneiro (2000), um “eu”, “não-eu”, “nós”, “não-nós”, “dentro-de-nós”, “fora-de-nós”, “dentro-do-outro”, “fora-do-outro”, ao mesmo tempo.

Lejarraga (2012) ressalta a experiência paradoxal do encontro amoroso, que inclui o desejo de fusionar-se concomitante ao de descobrir o diferente. O par amoroso não procura a união abolindo as diferenças, mas vivencia os paradoxos da transicionalidade. Portanto, é possível compreender a formação de um novo psiquismo compartilhado e não apenas a formação de um eu conjugal resultante da fusão dos psiquismos dos parceiros. Smadja (2013) propõe uma analogia entre o casal conjugal e a dupla mãe-bebê, na medida em que ambos os membros estão no devir, ricos em potencialidades criativas, de crescimento, de integração e de maturação, e estão inscritos na área intermediária.

A conjugalidade seria um interjogo contínuo entre intrapsíquico e interpessoal, das imagens internas e das relações objetais compartilhadas, conforme nos diz Eiguer (1985, 2013). O autor aponta que o mundo compartilhado dos parceiros encontra um lugar de reencenações dos próprios repertórios subjetivos, onde o mecanismo de identificação projetiva atua. A possibilidade de cada um do casal se surpreender com sua própria criação, quando a diferença que desponta do outro começa a se apresentar, pode ser uma experiência satisfatória ou frustrante. Em uma relação saudável, o parceiro é criado ao mesmo tempo em que é descoberto, e é possível vivenciar o sentimento de si mesmo através do outro. Nesse jogo do espaço potencial, entre ausência e

presença, é estabelecida uma correspondência entre a própria criação e a percepção do outro, da exterioridade, entre os momentos de intimidade e de singularidade. O movimento de ilusão-desilusão é uma recriação do vínculo emocional conjugal e das próprias identidades dos parceiros.

Ao discutir o jogo recíproco que se estabelece entre os membros do casal, Niccoló (1995) retoma a conceituação winnicottiana dos fenômenos transicionais. Ela afirma que o espaço interno do casal é semelhante ao espaço transicional, uma vez que cada cônjuge é ao mesmo tempo singular e extensão do outro. Ainda segundo a autora, a vida psíquica deve permitir essa oscilação entre fusionalidade e diferenciação. Quando o cenário transicional é marcado por dificuldades em viver a etapa de desilusão, preponderam na conjugalidade a relação com objetos subjetivos e a dificuldade em realizar a separação entre o sujeito e o objeto. A vivência de desilusão se confunde com ameaças de aniquilamento de si e/ou do outro.

A autora ressalta que a idealização é um mecanismo fundamental tanto na constituição quanto na continuidade da vida do casal, por nutrir o narcisismo dos parceiros e a capacidade de amor objetal. É necessário que se mantenha um investimento recíproco, mas que haja espaço para a desilusão, em um diálogo com a realidade. Há uma retirada parcial das projeções que cada parceiro faz no outro, de forma a assumir para si parte dos aspectos ideais que antes projetava e desejava encontrar no outro. Se o impacto da realidade for demasiadamente doloroso, haverá a preponderância da qualidade narcísica em relação aos aspectos objetais. A qualidade narcísica é representada por uma fusionalidade predominante na relação com a finalidade de não entrar em contato com o outro e, portanto, com a possibilidade de diferenciação. Nesses casos, há um empobrecimento das experiências do espaço potencial, do intercâmbio espontâneo, fazendo com que a experiência não se torne transformadora.

No texto intitulado “Vivendo de modo criativo”, Winnicott (1989) discute a conjugalidade e afirma que nem todos os casais sentem que podem ser criativos e permanecer casados. Relata que, em alguns casos, um ou ambos os integrantes do par conjugal vivenciam um mundo criado pelo outro. Nesses casos, ocorre uma regressão às experiências prévias de dependência que não foram suficientemente elaboradas, não permitindo a satisfatória individuação do sujeito. Então, no cenário conjugal, há uma reatualização, uma vivência de perder-se no outro.

Por outro lado, há também a possibilidade de não criar aquilo que existe, numa adaptação passiva e empobrecida ao mundo da relação, que se torna sem graça e alheio. A relação amorosa, assim, é vivida adaptativamente e não de forma criativa, com predomínio do falso si mesmo, não havendo troca lúdica, nem intimidade nem confiança (LEJARRAGA,2012, p.95).

Nas relações que apresentam expressiva qualidade narcísica, marcadas pela indiferenciação psíquica entre o eu e o outro, podem ocorrer falhas na vivência de outro paradoxo winnicottiano: a capacidade de estar só em presença do outro. A experiência do paradoxo que visa a estabelecer uma continuidade, uma ponte “geradora de ligações” (ROUSSILLON, 2006), vê-se atravessada por intrusões recíprocas, deflagrando prejuízos tanto na capacidade de “estar só” quanto na capacidade de “estar com”. Para que o espaço de solidão confiável exista, é preciso poder estar só na garantia da presença do outro, havendo um alinhamento para que o objeto interno não seja em demasiado persecutório, assim como o objeto externo não seja demasiado intrusivo.

A capacidade de vivenciar a solidão carrega internamente a experiência de uma relação íntima confiável com alguém que foi presente, mas soube se ausentar na presença e salvaguardar a capacidade de estabelecer contato afetivo. A falha na vivência desse paradoxo maturacional pode deflagrar uma necessidade de interação ininterrupta com o outro, uma vivência de ameaça de morte presente na impossibilidade de se assegurar quanto à presença do outro e à sua própria existência no outro. Ativam-se mecanismos projetivos nos quais o aprisionamento psíquico em uma vivência indiferenciada é a única possibilidade de se sentir “estando com”.

Vilhena (1981) afirma que o “eu” e o “nós” estão sempre intimamente ligados na recomposição cotidiana da conjugalidade, muitas vezes levando ao paradoxo entre a angústia de se perder e o medo de perder o outro. A autora observa que alguns só se constituem e vivem como “nós” para manter a ilusão de garantia do amor incondicional e alienante. O papel desempenhado pela ilusão está relacionado à capacidade de ficar só e às aspirações fusionais. Tanto uma busca incessante pelo objeto quanto uma ausência de relação com este são marcas da incapacidade de ficar só. Levy e Gomes (2011) afirmam que o amor é responsável pela ilusão de encontrar um objeto que, na realidade, seja capaz de trazer a vivência de reedição do encontro mítico com o objeto primordial. Ou seja, o amor necessita que o objeto mítico esteja encarnado no par amoroso,

provocando uma ilusão de reencontro. Na continuidade da relação amorosa, as fantasias idealizadas precisam ser renunciadas em sua totalidade para que haja uma compreensão da indissociabilidade dos aspectos bons e ruins de si e do parceiro. Em situações críticas, a desilusão pode trazer um sentimento de vulnerabilidade, uma decepção sentida quando surge a defasagem entre o estado inicial de apaixonamento e o desdobramento seguinte da relação, podendo ser vivido como uma ferida narcísica.

Quando a capacidade de “ficar só” é insuportável para o sujeito, o que está em jogo é a natureza narcísica relacional que, contra a natureza objetual, dá lugar ao que Caillot e Decherf (1982) chamaram de posição narcísico-paradoxal. Esta posição representa uma defesa contra as angústias catastróficas de separação e de união e expressa o desejo, tanto para o sujeito quanto para o casal, de estar ao mesmo tempo separado e unido. Os autores ressaltam que, nesses casos, viver junto é impossível, mas separar é mortal. Também de forma a analisar os laços afetivos marcados por essa vivência de indiferenciação com o outro, valemo-nos dos trabalhos de Prado (1988) sobre os “estados de entranhamento”, quadro psicodinâmico que resulta da manutenção parcial ou total da indiferenciação primária com os objetos. Neste quadro, o uso da identificação projetiva se massifica, e a vivência de angústia cria uma impossibilidade de “ser”, um vínculo mortífero no qual só o próprio mundo interno existe e o outro não é visto em sua alteridade.

Quando os parceiros não são capazes de lidar com o permanente movimento entre ilusão e desilusão inerente à trama do espaço potencial, uma organização defensiva rígida se estabelece, ao invés do sentimento de continuidade do ser de si e da relação. Fagundes (1999) cunha o termo “ilusão de fusão no casal”, uma fantasia que está na base de um tipo narcísico de relação que se apresenta pela regressão a um estado psíquico fusional mais primitivo. O autor descreve que, no narcisismo, o sujeito recorre à união total com o objeto idealizado de forma a manter sua onipotência. Isto ocorre diante do temor da perda do objeto ideal, da experiência de inveja, do temor do abandono e, de forma mais angustiante, do temor da desintegração psíquica. Através do mecanismo de idealização, relacionado ao fracasso em modificar as primeiras relações de objeto, busca-se um estado conflitual, favorecendo uma distorção da realidade do objeto para convertê-lo em seu próprio desejo.

A “ilusão de fusão” como fantasia inconsciente poderá gerar distorções na percepção um do outro, levando ambos a uma relação afetivamente pobre, sem capacidade de contenção da possessividade, inveja e ciúmes, sem capacidade de empatia, doação e amor de um pelo outro e sem capacidade de transcendência das barreiras do *self*. Assim sendo, um vai se utilizar do outro, sobretudo para a descarga de sua destrutividade e de seus conflitos edipianos e pré-edipianos (FAGUNDES, 1999, p.72).

Entendemos que, nessas situações, o sujeito busca recorrer à união total com o objeto idealizado, acreditando ser detentor do mesmo. Há uma tentativa de evitar a angústia ao se deparar com a possibilidade de perda do objeto. A relação, então, se estabelece através de um “objeto fantasma” (FAGUNDES, 1999), constituído pela forte projeção de aspectos bons e ruins na forma de objetos parciais e não totais. Assim, o objeto de amor não é visto em sua alteridade, tendo sua trajetória primitiva e edípica desconsiderada.

3.3.

O “nós” conjugal

De acordo com a teoria psicanalítica das relações amorosas, a conjugalidade pressupõe uma identidade compartilhada, uma trama identificatória inconsciente, originada no encontro da história familiar dos parceiros (EIGUER, 1985, 2013; MAGALHÃES e FÉRES-CARNEIRO, 2003, 2007; TITAN,1999). É possível pensar na formação do casal não apenas a partir do encontro amoroso, mas também da ressonância entre as motivações inconscientes dos parceiros. As razões pelas quais acontece o apaixonamento são associadas ao encontro de duas subjetividades marcadas por determinadas identificações e projeções. Nesse sentido, há um potencial criativo no laço conjugal que oferece a oportunidade do desenvolvimento subjetivo de cada parceiro e de resoluções de conflitos passados.

A conjugalidade também pode ser compreendida, conforme assinalam Magalhães e Féres-Carneiro (2007), como parte de uma série identificatória constituída pela introjeção de variados vínculos conjugais significativos que abrangem o grupo familiar mais amplo. Kães (1993, 2001) afirma que “o grupo precede o sujeito do grupo”, ou seja, partimos da intersubjetividade, nascemos incluídos em um determinado grupo. É na forma como o sujeito lida com a herança do que fora transmitido que construções criativas ou enquistamentos

subjetivos podem advir. A inserção do sujeito na cadeia geracional é um elemento fundamental que incidirá sobre a conjugalidade.

Convém assinalar que a intersubjetividade implica sempre um terceiro elemento que se apresenta na relação conjugal. A identidade conjugal, que nasce do estado amoroso, utiliza-se tanto dos modelos de ideal de ego de cada um dos parceiros, herdeiros do narcisismo, quanto dos modelos parentais introjetados e de tramas edípicas. Para Eiguer (1985,2013), mais do que uma relação de objeto, o vínculo é uma superposição de duas relações de objeto. O vínculo toma como modelo de identificação a representação da interação do casal parental.

Quanto à relevância dessa identidade conjugal formada no encontro dos parceiros, Anzieu (1985) afirma que homem e mulher juntos constroem uma “pele comum”, um “si” mesmo comum que os faz perceber o casal como unidade, que assegura a ambos uma comunicação empática recíproca. Nesse “nós” psíquico apoiam-se os projetos e ideais comuns da relação, configurando um sentimento de igualdade na identidade do casal. O autor sustenta que toda função psíquica se desenvolve de uma função corporal, sendo o eu-pele um envelope psíquico com a função de demarcar o mundo interior do exterior. Esse envelope psíquico representa inicialmente a mãe, que tece um círculo maternante caracterizado pelos cuidados com seu bebê e com isso cria um envelope externo que será internalizado, permitindo a construção de um espaço próprio. No casal, um envelope semelhante tem a função de dar continente aos conteúdos psíquicos surgidos no encontro, favorecendo o estabelecimento da diferença entre o que é do *self* conjugal e o que provém de si e do outro.

Para fundamentar essa discussão, recorreremos a Ruffiot (1984), que aborda as relações amorosas de forma análoga às posições defendidas por R. Kaës e D. Anzieu. Segundo o autor, surge um novo regime econômico na relação amorosa. Há um psiquismo diádico que tem por função a troca e a regulação de energia psíquica, caracterizando um aparelho psíquico comum, que transcende os eus individuais, sem que para tal haja um empobrecimento das singularidades envolvidas. Neste sentido, Joubert (2003), em seu trabalho sobre as funções da regressão no casal, ressalta que o amor pode ser vivenciado como uma transfusão de energia em alguma direção, ou, de forma menos saudável, funcionar como uma espécie de sangramento narcisista.

Portanto, o “eu conjugal” se caracteriza por diversos tipos de conflitos que concernem às fronteiras do casal com o mundo externo, inerentes ao enfrentamento narcísico pessoal e à relação objetal, e às diferenças entre os sexos. Ruffiot (1984) entende que no casal há uma convergência dos espaços individuais, formando um interjogo transicional. Os limites do ego de cada parceiro e os movimentos regressivos, dentro e fora dos sujeitos, geram a vivência de um corpo único. Assim, podemos compreender que há na base da conjugalidade uma dinâmica inconsciente prototípica, que inclui os sentimentos de desamparo próprios da inicial imaturidade humana.

3.4.

Aspectos edípicos e narcísicos do laço conjugal

Partimos da compreensão de que o objeto de amor é escolhido inconscientemente por influência tanto das relações objetais primitivas quanto das trajetórias edípicas de cada parceiro. Pensar no complexo de Édipo como um mecanismo psíquico determinante na constituição da conjugalidade significa considerar que o processo identificatório está na base da intersubjetividade. Neste sentido, entendemos que a história psíquica dos sujeitos é marcada pelas significações decorrentes da relação inicial com o objeto primário de satisfação, assim como advém da perda do mesmo e da inserção do sujeito na trama edípica.

Com base em autores psicanalíticos que acentuam a função da trama edípica na conjugalidade (EIGUER, 1985, 2013; GOMES, 2007; LEVY & GOMES, 2011, 2013; KERNBERG, 1995; MAGALHÃES & FÉRES-CARNEIRO, 2007, 2013), consideramos que o encontro amoroso, com suas formações de compromisso inconscientes, possui um valor de restituição simbólica. O sujeito, no seu percurso edípico, passa por vivências dolorosas sobretudo por se ver narcisicamente castrado. Diante da necessidade de renunciar ao objeto de amor primário, vivencia sua impotência frente ao objeto de identificação. Na escolha amorosa adulta, a revivência da trama edípica conduz ao encontro do sujeito com o objeto de amor interdito, representado pelo parceiro. Ou seja, é a saída de um estado narcísico em direção ao objeto. A resolução do conflito infantil é reatualizada no encontro com o objeto amoroso, que poderá ter um caráter de reencontro na vida adulta.

É importante ressaltar, contudo, que a conjugalidade pode ser um espaço de metabolização e elaboração, funcionando como um continente possuidor de um potencial de transformação. O encontro amoroso e a conjugalidade que evolui desse encontro, por meio da recordação, da repetição e da elaboração dos Édipos dos parceiros, pode influenciar, de forma estruturante ou desestruturante, cada membro do casal (Magalhães, 2003). Ressalta-se o valor de transmutação da subjetividade nos parceiros, considerando que a repetição da trama identificatória de cada um pode contribuir para a elaboração do romance familiar.

A trama que envolve a escolha do parceiro é estruturante e organizadora do casal, na proposição de Eiguer (1985, 2013). O autor afirma que há um entrecruzamento de objetos inconscientes dos parceiros e uma reedição das resoluções edípicas de cada um através da redescoberta do amor. Nesse sentido, a escolha do objeto de amor concilia a proibição do incesto com a identificação com o objeto infantil. Por oferecer uma possibilidade de elaboração do conflito infantil, a escolha do parceiro proporciona ao sujeito uma saída possível dessa trama primitiva, uma busca de preenchimento de um espaço que se encontra entre o mundo do objeto inconsciente e o mundo do objeto sexual exterior.

O encontro amoroso é visto, então, como resolutivo, como uma via elaborativa. O objeto inconsciente de um se entrecruza com o objeto inconsciente do outro, inaugurando um mundo objetual compartilhado. As proibições, a regulação do desejo e as diferenças sexuais são organizadas na resolução edípica dos parceiros, havendo a necessidade de articular tendências conflitantes que dizem respeito a momentos fusionais e de diferenciação no casal. O acordo suficientemente satisfatório dessas partes origina diferentes tipos de conjugalidade, favorecendo os potenciais criativos. Levy (1996, 2013) afirma que, na relação amorosa, é demandado ao parceiro um reassuramento narcísico, uma permanente validação de identidade. Nessa relação, os conflitos intrapsíquicos podem encontrar um terreno de possibilidades intersubjetivas, tanto na direção da elaboração quanto de atuações.

Na clínica com casais, muitas vezes, nota-se uma “escolha defensiva” na qual se busca um parceiro oposto da figura edípica, de forma a recobrir o Édipo parental inconsciente. Essa defesa trabalha como proteção à concretização da fantasia edípica incestuosa. Em alguns casos, há a idealização de um personagem que desempenhou um papel central na vida infantil de cada parceiro,

desencadeando uma atração recíproca através do respectivo personagem idealizado. Em estudo mais recente, Eiguer (2013) ressalta que, no vínculo conjugal emocionalmente saudável, o “reconhecimento mútuo” implica em ser reconhecido pelo outro e reconhecer a si mesmo. Quando o “reconhecimento mútuo” não ocorre, observam-se identificações adesivas que afetam a articulação entre semelhanças e diferenças no casal, assim como a discriminação entre o que cada um carrega de fantasias, ilusões e desejos.

Diante da defasagem entre expectativa e realidade, um dos parceiros tende a fazer com que o outro corresponda ao seu objeto interno idealizado. O outro, por sua vez, pode ter uma atitude reativa a tal papel ou também tentar transformar o parceiro no objeto parental inconsciente. Portanto, a relação assume um caráter pseudo-objetal, com a preponderância da indiferenciação eu/ não-eu, sendo a idealização um mecanismo psíquico que busca manter não apenas a integridade psíquica de cada um, como também o laço conjugal. Robert (2004) discorre sobre a diferenciação entre os estados regredidos e os movimentos regressivos no casal. O autor entende que, quando os estados regredidos ocorrem, a relação amorosa fica apoiada na fantasia de indiferenciação relacionada aos primórdios da vida psíquica. Visa-se um reencontro com a ilusão primitiva perdida. Diferentemente, os movimentos regressivos são inerentes à constituição do casal e favorecem uma reorganização das vivências precoces e edípicas de cada parceiro.

As dificuldades elaborativas inerentes ao processo de dissolução do Édipo são expressas na conjugalidade mais intensamente em momentos de crise (EIGUER, 1985, 2013; GOMES, 2007; LEVY, 1996, 2013). Comumente, as crises conjugais evidenciam os sentimentos hostis e as frustrações dos parceiros. Kernberg (1995), ao abordar a psicopatologia das relações amorosas, afirma que, no anseio pelo objeto edípico proibido e inacessível, homens e mulheres desenvolvem suas capacidades para o desejo erótico e o amor sexual. Na formação do casal, haverá uma ativação recíproca de suas relações objetais internalizadas, motivadas pelo mito edípico. Isto transformará o apaixonamento em uma reconstrução das relações edípicas, incluindo as fantasias defensivas e criativas que transformam o reencontro em um novo encontro com o objeto de amor. “Em ambos os gêneros, os anseios edípicos, a necessidade de superar as fantasias das proibições edípicas e satisfazer a curiosidade sobre as misteriosas relações entre os pais estimulam a paixão sexual” (Kerberng, p.53).

É necessária a capacidade de vincular idealização e desejo erótico de modo a estabelecer um relacionamento objetal profundo, que inclua a intimidade emocional e um senso de realização dos ideais junto à pessoa amada. A capacidade empática faz com que haja preocupação com o outro e possibilita a identificação com o objeto de amor. A conjugalidade deve evoluir da idealização primitiva e irrealista para a integração das relações objetais internalizadas, levando à tolerância da ambivalência na relação amorosa. Há um comprometimento maduro com um ideal representado por aquilo que a pessoa amada é ou simboliza, ou com o que o casal poderá se tornar. Diante da preponderância de uma forma relacional forjada narcisicamente, que aponta para a incapacidade de resolução dos conflitos edípicos, apresentam-se as patologias nas relações amorosas (Kerberg, 1995). O desejo inconsciente de reparar os relacionamentos patogênicos dominantes do passado e a compulsão a repeti-los, em termos de atitudes agressivas e vingativas, resultam numa reencenação conflituosa na conjugalidade. Através da identificação projetiva, cada parceiro tende a colocar no outro características do antigo objeto edípico, fonte de conflitos.

Entendemos que quanto mais graves forem os conflitos de outrora, mais os parceiros se inclinam a reencenar imagens primitivas do casal parental que pouco se assemelham às características reais dos objetos amorosos do presente. Com isso, pode surgir uma dissociação entre os anseios ternos e eróticos na relação construída. Há, nesses casos, uma incapacidade de integrar o desejo erótico e a ternura e, conseqüentemente, uma dificuldade em manter as relações sexuais gratificantes com o objeto de amor. O padrão masoquista de relação e a fixação rígida de papéis com o objetivo de expiar a culpa inconsciente pelos anseios edípicos proibidos tornam a relação conjugal frustrante e punitiva.

Assim, os conflitos edípicos atuantes na conjugalidade poderão levar ao encontro com potencial de reinvenção ou serem formadores de uma parceria fantasiosa e adoecida que atravessará a relação parental. Muitos casais se vêm esvaziados em suas singularidades, em uma vivência de anulação na relação amorosa, não constituindo uma existência conjugal satisfatória. A vivência estéril na relação libidinal no par amoroso marca a preponderância das funções parentais sobre os projetos conjugais. Neste sentido, entendemos que a reatualização da

relação primitiva e o percurso edípico dos parceiros são fundamentais, também permeando a futura constituição da parentalidade, como aponta Gomes (2007).

3.5. Considerações finais

A discussão desenvolvida nesse trabalho apoiou-se no entendimento da conjugalidade sendo forjada pela intersubjetividade, em um interjogo cotidiano entre o “eu” e o “nós”, marcado pela condição paradoxal do espaço potencial conjugal. Neste enquadre privilegiado para a reatualização dos conflitos primitivos, o parceiro se constitui como um objeto amoroso que pertence tanto à realidade quanto à fantasia, marcado pela transicionalidade do espaço conjugal. Destacamos que, no encontro amoroso, há o atravessamento das tramas inconscientes de cada um, que remetem às primeiras relações objetais e edípicas, de modo a instaurar um espaço psíquico dotado de potencial transformador. Na conjugalidade operam-se metabolizações e elaborações de ideais projetados, propiciando um continente que preserva os limites do eu de cada parceiro dentro dessa nova formação, o “nós” conjugal.

Destacamos a importância da ilusão constitutiva e suas vicissitudes como parte da constituição individual e da continuidade da vida do casal, fortalecendo o narcisismo e a capacidade de amor objetal dos parceiros. Compreendemos que, em situações favoráveis, há espaço para uma oportuna desilusão, onde o investimento recíproco e os ideais são mantidos, dando lugar ao exame da realidade. Nos casos em que predomina a qualidade narcísica, por outro lado, a tentativa de realizar com o outro uma fusão totalizante prepondera, apontando para a vivência insatisfatória dos paradoxos união e separação, aproximação e distanciamento, singularidade e fusionalidade, próprios da conjugalidade.

A conclusão a que chegamos é que, em situações mais adoecidas, há um empobrecimento do eu e das experiências criativas do espaço potencial conjugal, com prejuízos na diferenciação entre eu e não-eu. Com isso, os gestos espontâneos cedem lugar a uma psicodinâmica marcada por mecanismos regressivos de projeção, em uma tentativa de controle, substituindo a liberdade de ser dos parceiros. Deposita-se um material primitivo não elaborado que marca a relação conjugal pela artificialidade; o falso *self* opera onde não é possível estar com o outro sem nele se perder.

4

Paradoxo e transicionalidade: Os efeitos do espaço potencial conjugal na constituição psíquica do filho

Resumo

Neste artigo, discutimos a repercussão das falhas na constituição do espaço potencial conjugal no processo de constituição psíquica do filho. Partimos da ideia de paradoxo inerente à transicionalidade, para contextualizarmos a noção de paradoxo no cenário psicanalítico, destacando a conceituação winnicottiana do paradoxo como um terceiro espaço intrínseco ao psiquismo. Ressaltamos que as comunicações paradoxais podem produzir prejuízos nas fronteiras intrapsíquicas e intersubjetivas. Concluimos que uma conjugalidade calcada em uma precária vivência paradoxal repercutirá sobre a parentalidade, estabelecendo um ambiente no qual o filho ativarão processos defensivos dentre os quais a vivência em falso *self* prepondera.

Palavras-chave: Paradoxo; fronteiras psíquicas; parentalidade.

4.1.

Introdução

Neste artigo, abordamos o conceito de paradoxo e sua importância na constituição psíquica. Partimos do entendimento de que a problemática dos limites psíquicos se inicia nas investigações freudianas e, posteriormente, ganha destaque com autores que se debruçaram sobre o estudo das delimitações das fronteiras intrapsíquicas e intersubjetivas (BION, 1962; SEARLES, 1965; WINNICOTT, 1971, 1988; ANZIEU, 1988, 1991; ROUSSILLON, 1991). Consideramos a indiferenciação intrapsíquica primária como sendo indissociável da relação intersubjetiva, e ressaltamos a vital importância do ambiente no processo maturacional humano.

Winnicott (1971) entende que o paradoxo tem um valor maturacional, sendo proporcionador do brincar criativo. As nuances de preservação do paradoxo em cada um dos membros do casal e as reinvenções inerentes ao laço conjugal entram

em cena na psicodinâmica da conjugalidade. O mundo compartilhado pelo casal terá muito a oferecer desde que a sua aceitação não signifique a perda da realidade do mundo pessoal imaginativo, de forma a garantir uma continuidade entre o subjetivo e o objetivo. As falhas severas nessa área da experiência conjugal, no espaço potencial conjugal, terão repercussões na parentalidade.

Buscamos evidenciar como em alguns casos o paradoxo não trabalhará em prol da integração psíquica, do vir a ser do filho, trazendo prejuízos ao estabelecimento da discriminação entre eu e outro, subjetivo e objetivo, e ensejando o uso de mecanismos defensivos bem primitivos, perturbadores da continuidade do ser. Discutimos, também, sobre a precocidade das falhas ambientais entendendo suas repercussões no que tange à aquisição da vivência de alojamento em um corpo erógeno. Uma organização defensiva em falso *self* é desencadeada, assim como uma dimensão narcísica prepondera nesse falho processo de integração psíquica.

4.2.

O paradoxo e os limites psíquicos

A problemática dos limites psíquicos já se encontrava em pauta nas investigações freudianas uma vez que, para construir sua metapsicologia, Freud dedicou-se aos contornos dessa instância limite, continente do psiquismo, denominada Eu. Para tanto, ao longo de sua obra, abordou a constituição do Eu com base nas articulações entre as realidades interna e externa, entre o que seria subjetivo e o que seria objetivo. Desde os primórdios, no “Manuscrito G” (Freud, 1895), o autor se refere aos limites do Eu ressaltando sua função de conter a excitação no interior do psiquismo. Importante destacar que, neste momento, Freud se norteava pela teoria da sedução, ao considerar a presença massiva de um outro abusivo que produz excesso no aparelho psíquico incipiente do bebê por via do corpo.

Há, contudo, uma virada teórica que marca a investigação freudiana: a descoberta do impulso sexual infantil. A partir desse momento, a ênfase é posta na permanente atividade de busca de satisfação e no diálogo com o princípio de realidade. Nos textos de 1915, tais como “Pulsões e seus destinos” e o “Recalque”, Freud complexifica a discussão na medida em que cunha o conceito

de pulsão e descobre o papel da identificação na constituição do Eu. Entende que através da motilidade do bebê, que está a serviço da pulsão de auto conservação, ocorre a primeira construção de uma externalidade. Este é um momento basicamente narcísico, tendo no autoerotismo a fonte que propicia a satisfação sexual através do próprio corpo. Freud entende que, regido pelo princípio do prazer, se constitui um Eu purificado de prazer. O investimento narcísico dos pais incide nesse momento, e há um adiamento do estabelecimento do Eu realidade. A ordem sexual adia a relação com a realidade. Isto ocorre na medida em que os objetos de satisfação são incorporados ao Eu, e os objetos que causam desprazer são expelidos.

Já em um momento final de sua obra, Freud sai de uma investigação focada na dimensão intrapsíquica e recoloca a importância do outro no cenário da constituição do aparelho psíquico. No texto “A negativa” (Freud, 1925), a construção da externalidade está na distinção entre a realidade e a representação. Essa discussão é aprimorada no texto “Mal-estar na civilização” (1930), quando Freud afirma a ausência primitiva de diferenciação entre o Eu e os objetos. Ainda que a indiferenciação intrapsíquica na origem do psiquismo já tenha sido apontada anteriormente, nesse segundo momento, a relevância é colocada na ausência de limites interno/externo. Afirma que originalmente o Eu inclui tudo, e só em um momento seguinte separa de si mesmo um mundo externo. Então, a questão da externalidade não se resume, como pensado em um momento anterior, à expulsão do desprazer, mas comporta a constatação da falta do objeto. A perda do objeto de satisfação é condição para haver o teste de realidade, ou seja, é preciso que o objeto da representação seja reencontrado na realidade externa. O processo de constituição psíquica ocorre como resultante da criação recíproca de um interior e de um exterior, em uma apropriação psíquica e singular.

A postulação freudiana quanto à indiferenciação primitiva foi tomada como base para estudos posteriores nos quais a relação inicial do bebê com o ambiente se tornou destaque. Em estudos posteriores, outros autores (BION, 1962; ANZIEU, 1988,1991; WINNICOTT, 1971; ROUSSILLON, 1991) se aprofundaram sobre a temática dos limites psíquicos e das relações objetais. As questões referentes às delimitações das fronteiras intrapsíquicas e intersubjetivas e à legitimação de um terceiro espaço, paradoxal, que é intrínseco à existência, apontam para um sujeito marcado, como diz Plastino (2009), “pela essência e pela

criação, isto é, uma criação que atualiza a essência”. Destaca-se a noção de um sujeito portador de tendências naturais ao vir a ser, mas que depende de um ambiente adaptativo favorável para realizar seu processo de amadurecimento. Entendemos, então, que todo nascimento humano ocorre de maneira paradoxal. Por um lado, há uma ruptura com o que estava colocado no ambiente, e por outro, a transmissão de uma história que precede o sujeito. Paradoxalmente ocorre uma ruptura com o que até então estava estabelecido e uma inauguração do novo.

A noção de paradoxo, por outro lado, vinha sendo discutida também em uma perspectiva interdisciplinar, no desenvolvimento da teoria do duplo-vínculo. O duplo vínculo não só transmite mensagens relacionadas e contraditórias como possui a característica de levar a pessoa receptora a ter dificuldade em detectar e escapar do campo relacional, fazendo-a ser responsiva a esta forma comunicacional, enredando-se. Vale destacar que a questão da patogenidade fica compreendida dentro de um padrão intersubjetivo. Roussillon (1991) reconhece a relevância de tais pesquisas no que se refere à relação entre paradoxo e jogo mas critica a visão pragmática do grupo acerca da diferenciação entre realidade interna e mundo externo, que leva à concepção de paradoxo como um elemento a ser solucionado. Afirma que “a dinâmica interpessoal ou a interação não são, de direito, nem mais nem menos observáveis que a dinâmica intrapsíquica” (p. 60).

Nessa mesma época, H. Searles, nos Estados Unidos, e mais tarde, P.C. Racamier e D. Anzieu, na França, interessaram-se pela clínica do paradoxo e pelos efeitos patógenos e destruturantes no aparelho psíquico. Em seu artigo “O esforço para enlouquecer o outro”, Searles (1959) trabalha formas comunicacionais com efeitos “paradoxantes”, nas quais há um hiato entre a comunicação verbal e o contexto corporal. Esse hiato, que ultrapassa as capacidades de ligação do eu, é descrito por Bion (1962) como “ataque ao vínculo”, pois o aparelho psíquico se encontra em prejuízo nas suas funções representativas e simbólicas.

Searles (1959) argumenta que a loucura de um ou ambos os pais é sentida no decorrer da infância pela criança. Essa percepção permanece nela como um segredo carregado de culpa, fazendo-a sentir-se responsável pela loucura dos pais. Pai e mãe precariamente integrados são entendidos pelo autor como um solitário típico, que anseia por alguém para dividir suas próprias experiências emocionais e sua visão distorcida de mundo paradoxalmente patógena. Aponta que a

comunicação paradoxal estabelecida nessas circunstâncias viria assegurar o primado do princípio de prazer/desprazer em detrimento do princípio de realidade. Desta forma, qualquer separação ou deslocamento do objeto se torna insuportável, favorecendo o estabelecimento de relações simbióticas nas quais um ataque profundo ao narcisismo prepondera.

Em seu trabalho sobre a teoria do pensar, Bion (1967) retoma a noção de barreira de contato de Freud (1895) e propõe uma noção de bebê cuja expectativa de um seio se une a realização de um não-seio que esteja disponível para satisfazê-lo, viabilizando a vivência de um seio ausente dentro de si. O não-seio se transformará em um pensamento que prescinde de um aparelho para pensá-lo. Entende que o desenvolvimento da capacidade de pensar é concomitante ao estabelecimento do princípio da realidade. A capacidade de suportar a frustração é respaldada pelo ambiente quando este estabelece uma comunicação fluida, através da identificação projetiva, transformando os elementos *beta*, marcados pela fragmentação, em elementos *alfa*, carregados de potencial simbólico. A falha nesse sistema comunicacional ocorre quando o ambiente não tolera as projeções do bebê e o deixa diante do predomínio do mecanismo de identificação projetiva, em uma vivência indiferenciada entre si mesmo e objeto externo. Na perda do sentido de realidade, um fracasso no desenvolvimento da capacidade de pensar acontece, dificultando o processo de objetualização e diminuindo a formação dos vínculos, tanto internos quanto externos.

Dentre os autores que discutem os contornos psíquicos e o paradoxo, destacamos Anzieu (1975) e Racamier (1979, 1985), que trabalharam no sentido de ratificar o funcionamento paradoxal como inerente ao funcionamento psíquico às relações humanas. Racamier afirma que o paradoxo é uma formação psíquica que liga duas proposições inconciliáveis, mas, ao mesmo tempo, não oponíveis. O autor afirma que é essencial haver uma interação narcísica mãe-bebê na qual ocorra um reconhecimento mútuo através do olhar, uma internalização do sentimento de ter feito nascer o outro, e contribuição mútua para forjar o tecido psíquico. O autor entende que, quando a paradoxalidade se encontra a serviço da onipotência, os sujeitos geralmente experimentam o sofrimento de não terem sido psiquicamente constituídos. Isto interfere de forma deletéria na estruturação edípica considerando que o sexual advém do rareamento da etapa primeira de sedução narcísica.

O tecido psíquico criado no encontro do bebê com o ambiente também foi objeto de estudo de Didier Anzieu (1988). Interessado na investigação sobre o percurso de constituição do Eu e sua interação com o meio, o autor utilizou a postulação freudiana de que toda função psíquica se apoia em uma função corporal, e formulou o conceito de Eu-pele. O Eu-pele é concebido como forma de fazer dialogar o mundo interno e externo. Inicialmente, há uma pele comum, constituída pela díade mãe-bebê, que envolve o interno e o externo, em uma interface que respalda a comunicação empática. Em um momento seguinte, o círculo maternante é introjetado, em um movimento de diferenciação do psiquismo, dando luz aos conteúdos psíquicos dos pensamentos e afetos. Importante ressaltar que é através dos cuidados que envolvem a superfície corporal do bebê que mensagens externas são transmitidas a ele. Por outro lado, o bebê também contribui com sua singularidade na construção desse espaço psíquico originário, que está na base do devir psicossomático.

É por meio do conceito de envelope psíquico que o autor trabalha a questão dos limites psíquicos, tendo a pele como fronteira do que é próprio do *self* e do outro. A linguagem simbólica é fruto dessa etapa de comunicação primitiva baseada no contato corporal e da tradução efetuada pela mãe das sensações sensoriais vividas pelo bebê. As falhas severas nesse momento são perturbadoras da constituição do narcisismo e do Eu, preponderando a atuação da pulsão de morte e dificultando a resolução edipiana. Anzieu afirma que, quando o sujeito é colocado em uma situação paradoxalmente problemática, estabelece-se uma dominação ao passo que o comunicado sobre o outro é uma negação da própria vivência do mesmo.

La surface du corps nous permet de distinguer les exctations d'origine externe de celles d'origine interne. De même, une des fonctions capitales du Moi, consiste à distinguer entre ce qui relève de moi-même et ce qui n'en relève pas, entre ce qui vient de moi et les désirs, les pensées, les affects des autres, entre ce qui est une réalité physique (le monde) ou biologique (le corps) extérieure au psychisme (Anzieu,1991, p.62).

A concepção winnicottiana de sujeito, baseada em uma visão de maturação constitutiva, pode também contribuir para a discussão dos limites psíquicos. Winnicott afirma que o verdadeiro *self* só se concretiza na história na medida em que as tendências naturais do sujeito encontrem um ambiente que propicie uma criação. A ideia de paradoxalidade se apresenta primeiramente na obra de

Winnicott quando o autor, em 1951, trabalha os conceitos de objetos e fenômenos transicionais. Mas é apenas em “Brincar e a realidade” (1971) que o paradoxo como fenômeno constitutivo se consolida no centro da transicionalidade, quando o autor afirma que sua contribuição seria solicitar que o paradoxo fosse aceito, tolerado e respeitado, não carecendo de resolução.

No prefácio do livro de Roussillon (1991) intitulado de “Paradoxos e situações limites da psicanálise”, Donnet pontua que “A noção de transicionalidade constituiu, creio eu, uma espécie de invisível “corte” epistemológico, por sua ligação estreita com uma maneira explícita de requerer a tolerância ao paradoxo. ” (p.26). É fundamental ratificarmos que o campo do paradoxo está na mediação entre o subjetivamente concebido e o objetivamente percebido, e na manutenção do sentimento de continuidade de ser no tempo. Esse sentimento é resultado do processo de personalização cujo efeito é a aquisição da experiência de *self* habitando um corpo.

Roussillon (1991) localiza o paradoxo no centro da transicionalidade e afirma que esta “não é una, possui tempos de constituição, uma história”. Destaca que a experiência do paradoxo garante a continuidade entre o interno e o externo, e que a tarefa sempre inacabada da transição entre essas realidades exige a vigência de uma maternagem suficientemente boa, que sustente a situação paradoxal, aprimorada ao longo do processo maturacional. A partir de tal compreensão, o autor tece uma distinção entre o que chama de paradoxo maturacional e as defesas paradoxais propostas por Winnicott.

Os paradoxos dos processos de maturação apresentam-se como fenômenos em uma posição limite entre o intrapsíquico e a externalidade, permitindo acesso a esta última. São importantes para a construção de vínculos, a constituição de um espaço psíquico próprio, e a um viver criativo. Por outro lado, as defesas paradoxais trabalham contra a realidade interna por intermédio da realidade externa, esgarçando a trama psíquica e sua capacidade de simbolização. A denegação maníaca é um dos mecanismos de defesa contra a realidade interna, diz Roussillon. Esta faz o sujeito mascará-la, recusá-la, enquistando no narcisismo primário as experiências de confusão eu/outro sob a forma de ilusões negativas de si mesmo, processo resultante da inadequação do ambiente primeiro. A complexidade de transitar entre o “ser” e o “ter”, organizadores fálicos e narcísicos, dão lugar a identificações cristalizadas.

As comunicações paradoxais têm assim precursores precoces que formam os primeiros pontos de fraqueza na constituição do aparelho psíquico, que oneram fortemente a constituição do narcisismo primário, e são pontos de apelos regressivos por ocasião de experiências paradoxantes mais tardias. (Roussillon, 1991, p.82)

Entendemos, assim, que a paradoxalidade é intrínseca aos processos de maturação e relacionada ao ambiente facilitador. O conceito de transicionalidade afirma a importância desse jogo entre o que se encontra e o que é criado, o estar só na imprescindível presença do outro, tendo o outro papel ativo na estruturação psíquica do sujeito. A inadequação do ambiente primeiro acarreta marcas no devir do sujeito de forma a fazer uma torção na maneira pela qual o paradoxo se apresenta. Roussillon sublinha que, quando o conflito aparece no eixo da relação de objeto, o paradoxo se apresenta como o eixo do narcisismo. Assim, trabalhamos com a proposição de que a marca da falha paradoxal na constituição do casal repercutirá na parentalidade, podendo acionar situações traumáticas precoces que ativam zonas de confusão eu /outro e marcam as experiências primárias por agonias primitivas.

4.3.

Ambiente conjugal e parentalidade – O corpo no vazio de sentido

Compreendemos nesse trabalho que a conjugalidade é parte do ambiente facilitador e que a falha ambiental repercute no bebê em um momento arcaico no qual sua sustentação psíquica e somática depende de um outro presente em sua vitalidade. Partimos do entendimento de que as falhas na experiência paradoxal conjugal, falhas no espaço transicional do casal, refletem-se na parentalidade e compõem o ambiente conjugal no qual o filho se desenvolverá. Neste sentido, importante realçarmos que a experiência paradoxal do encontro amoroso inclui ao mesmo tempo o desejo de fusionar-se e de descobrir o diferente. Em uma perspectiva winnicottiana, o par amoroso vivencia os paradoxos da transicionalidade na medida em que a união possa abrir espaço para as diferenças, formando um psiquismo compartilhado, um Eu conjugal.

Em situações favoráveis, há espaço para uma oportuna desilusão mantendo-se o investimento recíproco, os ideais, e dando lugar à existência do parceiro em sua realidade. Já nos casos em que uma qualidade narcísica

predomina, prepondera uma tentativa de realizar com o outro uma fusão totalizante, contrapondo-se à capacidade de amor objetal, de diferenciação. Em situações mais adoecidas, a idealização empobrece o eu e as experiências criativas do espaço potencial do casal, fazendo com que os gestos espontâneos de cada um cedam lugar a uma psicodinâmica grifada por mecanismos regressivos e primitivos, nos quais a marca de uma vivência artificializada em falso *self* opera e onde não é possível estar com o outro sem perder-se nele.

Compartilhamos do entendimento de Winnicott (1965) no sentido de haver forças poderosas na criação e na conservação da família que resultam da própria relação do casal e que todo nascimento humano já se inicia de modo paradoxal: o nascimento de um bebê gera uma ruptura no que estava posto no meio ambiente ao mesmo tempo em que o meio transmite suas tradições culturais e psíquicas ao bebê. Ou seja, o paradoxo está em haver uma ruptura e ao mesmo tempo um encontro. “A criação do mundo realizada pela criança por meio de seu gesto e a recepção que ela encontra ofertada pelos pais, possibilitam que ela aconteça em sua história familiar”, diz Safra (2005, p.76).

Assim, a parentalidade é um processo co-construído entre pais e filhos que requer uma atitude empática, uma disponibilidade interior em se identificar com o outro sem perder-se de si, como propõe Lebovici (2004). Desde o nascimento, o bebê mostra suas competências singulares, trazendo sua contribuição pessoal ao estabelecimento do vínculo. Juntamente aos cuidados oferecidos, o ambiente transmite também a vida imaginária, proporciona investimento narcísico e se oferece como espelho em uma dupla reflexão. Ou seja, é no jogo de identificação entre a mãe e o bebê que este último encontrará bases para sua constituição psíquica. Por outro lado, nessa relação, a mãe reativará aspectos profundos de seu narcisismo transgeracional e dos conflitos edípicos, de forma a ocupar seu lugar parental. A ligação parental para se constituir de forma suficientemente boa precisa de um ato de reconhecimento que, em si, é maturador para o bebê. É necessário que, no psiquismo dos pais, funcione de forma satisfatória o que Lebovici reconhece como as três diferenças fundadoras, com as quais todo psiquismo humano será atravessado: a diferenciação do outro como marca da alteridade, a diferença entre os sexos e a diferença das gerações.

Em seu texto “A adaptação da família à criança”, Ferenczi (1992) relembra o seguinte provérbio alemão: “tornar-se pais é mais fácil do que sê-lo” e afirma

que a adaptação da família à criança só se realiza se os próprios pais compreenderem melhor a si próprios de forma a adquirirem certa representação da vida psíquica adulta. Pautados na ligação que Winnicott (1965) estabelece entre maturidade e saúde, compreendemos que quando os membros do casal não conseguem estabelecer em suas trajetórias pessoais um estado de maturidade relativa, o espaço potencial conjugal se verá em prejuízos, marcando o ambiente facilitador familiar por falhas no trânsito dependência-independência, diferenciação-indiferenciação, realidade-fantasia.

A inadequação do ambiente primeiro pode fazer com que experiências sejam vividas antes mesmo que uma organização psíquica tenha capacidade de tolerar os excessos, antes que os paradoxos maturacionais se encaixem uns nos outros, não respeitando a complexidade do aparelho psíquico e a importância de sua vivência de diferenciação, como afirma Roussillon (1991). Com base na teoria winnicottiana, o autor diz que o temor do vazio psíquico faz acionar defesas que, em sua radicalidade, podem consistir em matar-se para não ser aniquilado, organizando um vazio controlado, não comendo, não aprendendo, ou buscando se encher de uma voracidade compulsiva e dissociada. De acordo com a teoria de Bion (1967), essa vivência defensiva trabalha contra uma experiência de vinculação, contra a capacidade de representar, pensar, remetendo às zonas de confusão primárias enquistadas no psiquismo. A falha na constituição dos contornos corpóreos, dos limites da própria existência, marca a relação do bebê com objetos inadequados através dos quais uma vivência submissa ao ambiente, no apelo por cuidados, se contraporá à internalização do sentimento de confiabilidade e repouso.

Dias (2003) afirma que duas atitudes gerais do ambiente são de grande importância para a facilitação do processo do vir-a-ser do sujeito, principalmente no momento em que o bebê está no trânsito entre a dependência absoluta e relativa. A primeira é a permanência continuada das condições de retorno à dependência, que pode em algumas circunstâncias ser necessária, e a segunda é propiciar condições para que o sujeito gradualmente se separe da mãe e se ligue à cultura. Para tal, entende ser necessário que esse movimento de sair e libertar-se tenha início no estágio da transicionalidade e permaneça verdadeiro ao longo da vida. É preciso que o ambiente se ofereça para que o sujeito possa se destinar ao

futuro, “colocar-se em trânsito, experiência de trânsito, experiência de transicionalidade” (Plastino, 2009, p.78).

Contraposto a tal cenário, entendemos que os efeitos do ambiente falho incluirão a perturbação de uma vivência satisfatória dos paradoxos maturacionais, causando uma dissociação psíquica e gerando o falso *self* (Winnicott, 1971). Dificuldades na constituição da zona intermediária, evidenciadas na má adaptação do ambiente às necessidades psíquicas do bebê, propiciarão uma produção defensiva, um devaneio. Algumas modalidades de defesa contra a realidade interna são marcadas por uma qualidade persecutória e por uma excessiva dependência em relação ao outro, o que impede o estabelecimento eficaz do trânsito entre dentro e fora. Macedo (1999) afirma que a atividade de devaneio pode servir para evitar o pensamento de desprazer, de dor, representando a vivência de não se sentir real.

Partindo da concepção de que a emergência de uma pessoa singular ocorre com base na vivência corporal, de unidade psicossomática, deduzimos que quando o psiquismo não consegue formar representações psíquicas das experiências somáticas vividas, o processo de personalização se vê ameaçado e o sujeito passa a ser um estrangeiro em sua própria morada. A precocidade das falhas ambientais leva o sujeito a não reconhecer partes próprias, tornando-se um errante de si mesmo por não conseguir habitar o próprio corpo. As máculas na sua autoimagem advêm de uma indiferenciação com o outro, fazendo sentir um colapso, esvaziando o Eu de um valor de existência.

Entendendo que o sujeito é processual, em constante mutação no tempo e no espaço, o lugar de repouso é fruto do apaziguamento pela distinção entre o eu e o outro, o dentro e o fora. Em estados adoecidos, deflagra-se uma organização defensiva em *falso self*, que leva o sujeito a sacrificar a própria experiência de continuidade, não se apropriando de um corpo erógeno capaz de elaborar imaginativamente as sensações corpóreas. Viver genuinamente se torna um risco de perda de si.

Em seu texto “A mente e sua relação com o psicossoma” (1958), Winnicott afirma que a interação da psique com o soma constitui uma fase precoce do desenvolvimento que implicará em um continuar a ser, e que o ambiente ruim perturba essa continuidade do “seguir vivendo” por sua intrusão. Diz que uma excessiva função mental aparece na criança como uma reação a uma

maternagem errática, estabelecendo uma oposição entre mente e psicossoma. O indivíduo passa a ter que cuidar do psicossoma, o que seria função do ambiente. Uma das consequências dessa trama é um estado confusional no qual o funcionamento mental passa a existir por si mesmo, em uma tentativa de substituir a mãe. Essa deturpação inicial afeta os estágios seguintes do desenvolvimento, marcando-os pela dependência do objeto, em um falso crescimento pessoal com base na submissão. Uma ameaça de colapso povoa o cenário na medida em que o sujeito precisa incessantemente encontrar alguém que torne real a vivência de um ambiente bom, facilitando o retorno ao estágio do psicossoma dependente. Esse tipo de funcionamento mental desvela a vivência em um corpo estranho. O sujeito fora atravessado por um ambiente precário do qual não poderia se proteger em um estágio anterior à aquisição da capacidade de reconhecer-se em si.

É de fundamental importância que o sujeito tenha a vivência de que seu corpo fora significado pela presença de um outro. Safra (2005) diz que o corpo materno é banhado por inúmeros encontros, desencontros, signos culturais e pela vida dos ancestrais, de modo a trazer a presença de uma história e, paradoxalmente, oferecer-se para ser criado pelo bebê. O autor ressalta que a linguagem pré-verbal é a leitura do corpo do outro com o nosso próprio corpo. Assim, pensar em um corpo não transfigurado pela presença de outros é pensar em um corpo-coisa, incapaz de se perceber subjetivamente no mundo. A ilusão constitutiva do *self* pressupõe uma experiência inicial de espelhamento satisfatória. Quando no lugar das experiências iniciais ilusórias aparecem lacunas no *self*, o sujeito defronta-se com formas sensoriais agoniantes. Na precariedade de presença humana no ambiente, muitas vezes o bebê se torna coisificado. O corpo coisa se apresenta na incapacidade do ambiente de se oferecer inteiro e não ameaçado.

O avanço patógeno do ambiente foi pensado por Didier Anzieu (1991) ao afirmar que o Eu-Pele é uma rede que protege dos excessos de excitações e que filtra as primeiras comunicações. Deste modo, os déficits de uma função psíquica particular estão ligados a um tipo de excesso intrusivo do ambiente. No cerne das questões psíquicas ligadas às fronteiras se encontra a falha da contenção ambiental. O Eu-Pele tem a função de invólucro das partes incipientes do Eu, operando como para-excitação, e também como superfície de inscrição dos

signos, guardião das intensidades pulsionais localizadas em uma fonte corporal, em uma zona sensível da pele.

Neste trabalho, destacamos a importância das primeiras trocas afetivas no processo de constituição do Eu e da imagem corporal do sujeito. Para melhor embasarmos nossa discussão sobre os efeitos paradoxais lesivos no filho, recorreremos à obra de Joyce Mc Dougall (1991), na qual a autora discute as relações entre a família e as vivências somáticas. Afirma ser preciso reconhecer o caminho da individuação e suas implicações para compreender de que forma o soma se vê ameaçado. O sentimento de existência, de realidade de si mesmo, oposto a uma vivência de irrealidade, é favorecido pela coesão psicossomática. O satisfatório estabelecimento dos paradoxos maturacionais leva à conquista de pertencimento no próprio corpo, à personalização, bem como ao estabelecimento um eu pessoal. Sendo assim, entendemos que há uma dialética entre usufruir da experiência do funcionamento corporal e a vivência em verdadeiro *self*. Os efeitos no corpo a partir de uma organização cindida do psiquismo são processos defensivos nos quais a vivência em falso *self* prepondera, turvando o diálogo entre o dentro e o fora.

Segundo a autora, a constelação familiar introjetada que se apresenta desequilibrada e ansiogênica, sem que haja modelo de casal se amando, reflete os conflitos inconscientes e as contradições que existem nos próprios pais. Neste sentido, privada de uma vivência inicial fusional satisfatória, a criança se vê vulnerável psicossomaticamente por ser exposta a uma “objetivação prematura” dos primeiros objetos, tendo neste ponto o fator etiológico central da desafetação.

Muitas vezes, conforme sustenta Mc Dougall (1991), é possível transmitir de uma geração para a outra a convicção sobre o destino de aceitar a inexistência como indivíduo separado dos pais. Nesses casos, são mobilizadas defesas para enfrentar a ameaça de aniquilamento psíquico através do corpo. Há uma busca ineficaz de libertação levando esse indivíduo a atacar o próprio corpo na intenção de conquistar um sentimento de existência. Apresenta-se um embotamento cognitivo que impede a percepção de si e do outro como objetos realmente existentes, fenômeno também chamado por Tanis (2010) de “enquistamento narcísico”.

Essas situações apontam para a impossibilidade dos pais de investirem no bebê, libidinal e narcisicamente, de forma a ajudá-lo nas experiências de

diferenciação, de reconhecimento das diferenças sexuais e existenciais. O bebê pode, ao longo de sua constituição, manter uma ilusão de união fusional com a imagem materna arcaica da primeira infância, assim como proteger seu verdadeiro *self* de modo a minimizar o risco de não sobreviver. A função defensiva acionada traz uma regressão, uma vez que as mensagens enviadas pelo corpo ao psiquismo foram inscritas sem representações de palavras, esvaziadas de referencial simbólico, coisificadas. Há um encapsulamento na personalidade adulta dessa parte infantil primitiva na qual uma unidade indivisível atua.

Todos esses fatores contribuem para perturbar seu sentimento de identidade e para fazê-los viverem momentos em que a distinção entre si mesmos e os outros é imprecisa. Este estado psíquico favorece a persistência de tipo psicótico (não reconhecidas conscientemente) acerca de sua integridade corporal e psíquica e que podem eventualmente exacerbar, dentre outras coisas, sua vulnerabilidade psicossomática. (Mc Dougall, 1991, p.56)

O emprego do termo *desafetação* para tratar desses pacientes é utilizado por Mc Dougall para explicitar que a estratégia defensiva traz um distúrbio da economia afetiva. Etimologicamente, o prefixo *des* propõe a ideia de separação, perda. Assim, é possível compreender que a *desafetação*, neste caso, envolve a separação do sujeito de uma parte de si próprio, levando-o a se ver em dificuldades em diferenciar-se, marcando a insustentabilidade de vínculos consistentes.

Podemos, também, traçar um correlato com o conceito de “pensamento operatório” de Pierre Marty (1962/1998), um tipo de organização psíquica fruto de desarmonias afetivas vividas na primeira infância devido ao desempenho ambiental inadequado. Para o autor, os indivíduos operatórios apresentam uma capacidade de simbolização restrita devido a uma constituição de si através de vínculos afetivos esvaziados e falhos na capacidade de contenção dos excessos libidinais. Os autores convergem na ênfase dada ao fato de que os processos somáticos são motivados por lacunas no aparelho mental que apontam para um corpo não preenchido de palavras. Assim, o sujeito adulto se vê em um distanciamento afetivo, em uma escassez libidinal na forma pela qual se insere e estabelece laços. As estratégias defensivas arcaicas são utilizadas como forma de evitar vivências emocionais potencialmente desestruturantes, que deflagram a dificuldade de discriminação entre si e o outro.

Considerando as tramas psíquicas marcadas pela indiferenciação, Faimberg (2001) sublinha uma relação patológica entre pais e filhos, na qual estes últimos estão destinados a encarnar os personagens do passado dos pais e são desinvestidos assim que deixam de desempenhar tal papel narcísico. Por meio do conceito da telescopagem das gerações e da ação das identificações alienantes que intervêm na constituição do psiquismo, a autora trabalha a questão das origens. Em seu entendimento, as identificações são alienantes porque o sujeito se submete, por via inconsciente, às histórias de um outro que não lhe pertencem, mas das quais permanece prisioneiro. O outro dessa trama significa o narcisismo parental e a identificação com os pais. A criança fica sujeita ao que os pais dizem ou calam.

A criança passa então a depender, de maneira paradoxal, para a sua própria sobrevivência psíquica, dessa relação narcísica fundadora que é mantida em silêncio pelos pais, perdendo assim o livre acesso à interpretação de seu próprio psiquismo. Com a cristalização das identificações alienantes, dá-se uma organização cindida ou alienada do eu, e o filho se vê numa antítese entre as vivências subjetivas e objetivas. Uma das consequências desta trama familiar é a vivência de desafetação, que é utilizada como “solução de problema”, embora igualmente se apresente custosa por desencadear possíveis somatizações.

Na impossibilidade de representar mentalmente uma ideia ligada a sua qualidade emocional, a criança recorre a mecanismos de clivagem e identificações projetivas para se proteger do arroubo de sofrimento. O congelamento é uma resposta comunicacional diante das emoções identificadas na relação com os pais, ou seja, há um depósito e um despertar de sentimentos que os pais repudiam em si mesmos ou aqueles cujas intensidades são temidas. Apresenta-se um ataque ao sentido de realidade de si-mesmo, mantendo uma aprisionante vivência de irrealidade.

4.4.

Considerações finais

A temática das fronteiras psíquicas aponta para a relevância da trama intersubjetiva na constituição psíquica. Compreendemos ser importante considerar a paradoxalidade como precondição para a constituição do aparelho psíquico. A

partir da teoria winnicottiana, ressaltamos que o ambiente suficientemente saudável disponibiliza as bases para a criação do objeto que ao mesmo tempo é encontrado na exterioridade. Esse processo de ilusão inicial, quando vivido de forma confiável, favorece a criação de um tempo subjetivo que dará acesso à aquisição de um tempo compartilhado no espaço transicional.

Neste trabalho, ressaltamos que as falhas na constituição do espaço potencial conjugal se refletem na parentalidade, e na conseqüente estruturação do ambiente no qual os filhos se desenvolvem. São suscitadas situações traumáticas precoces que levarão o filho a um estado confusional próprio do medo da desintegração, acionando defesas primitivas que se organizam contra a vivência de angústias impensáveis. Quando as defesas paradoxais são acionadas, o processo de apropriação da experiência de ser e da coesão psicossomática são afetados. Freud (1923) afirma que o eu é antes de tudo um eu corporal, que a inscrição de experiências primitivas de sensorialidade marca a forma pela qual o sujeito atribuirá o sentido de sua existência.

Destacamos que, quando ocorre um transbordamento da conjugalidade na parentalidade, o processo maturacional do filho se vê prejudicado ou até interrompido, não sendo possível para o mesmo se ancorar no campo representacional e consolidar o processo de vir-a-ser. Nesses casos, há um estreitamento de experiências que levam à aquisição da capacidade de brincar, logo, de experimentar a área transicional. De forma a evitar uma desintegração do *self*, muitas vezes, é impossível um deslizamento no tempo, havendo uma cristalização em um tempo do não-ser. Preso subjetivamente em um tempo primitivo de sua história, o sujeito se mantém psiquicamente indiferenciado. Habitando um corpo para dois, a alteridade se vê em xeque, e o jogo entre encontrado-criado e estar só na presença do outro, eixos da relação de objeto, fragiliza-se. Os conteúdos não simbolizados deflagram as marcas de um enquistamento no narcisismo primário das situações deletérias vividas junto ao ambiente primeiro.

Concluimos que as falhas no espaço potencial conjugal produzem um ambiente no qual a vivência dos paradoxos para o filho ficará esvaziada. É estabelecida uma “fratura de não-ser em seu self”, como diz Safra (2005), determinando um prejuízo nas funções de realização e personalização. Aponta-se um conflito com a realidade e um empobrecimento da capacidade de vinculação.

Poderíamos afirmar que, diante da impossibilidade de viver criativamente, uma parte importante de si e do mundo não são significadas. O gesto espontâneo e a capacidade de amar cedem lugar para vivências de intrusão e submissão, tal como o sentimento de ser organicamente no corpo cede lugar a uma imagem corpórea fragmentada que demanda amparo.

5

Conclusão

Pensar as repercussões na vivência constitutiva do filho a partir dos transbordamentos da conjugalidade dos pais é uma tarefa abrangente e complexa. Muito tem se falado sobre as mudanças nos arranjos conjugais que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Neste trabalho, contudo, destacamos a relevância de se refletir sobre a formação psíquica do laço conjugal e sobre os seus efeitos na família. Neste sentido, é fundamental a ampliação da noção de ambiente facilitador, incluindo o casal conjugal, entendimento este que encontra respaldo nas formulações de D. Winnicott. O autor, ao abordar a família e os processos maturacionais, afirma que a origem dos futuros deslocamentos da família sucederá do pai e da mãe, de seus contornos relacionais.

Neste trabalho, a conjugalidade foi considerada como parte do ambiente facilitador do filho, destacando-se a atuação dos paradoxos na constituição do casal e da família. Apoiamo-nos na premissa de que a paradoxalidade está presente nos processos de maturação, sendo condição para a constituição do aparelho psíquico individual e do “nós” conjugal. Assim, a noção de intersubjetividade é primordial em nossa formulação. A partir dessa noção, são discutidas a problemática das fronteiras psíquicas na constituição subjetiva e os desdobramentos relacionais.

Ao tomarmos como referência os paradoxos, trabalhamos a noção de espaço potencial como lugar onde se experimenta o sentimento de estar vivo, de criação. Compreendemos a importância de uma satisfatória vivência do processo inicial de ilusão e de uma paulatina desilusão subsequente. O objeto é criado ao mesmo tempo em que é encontrado na realidade externa, e passa a ser visto em sua existência singular. Entendemos, então, que as falhas na constituição do espaço potencial conjugal repercutem na parentalidade.

Constatamos que aqueles que não conseguiram, em sua trajetória pessoal, atingir um nível suficientemente bom de individuação e maturidade encontrarão dificuldades em estabelecer as fronteiras entre o “eu” e o “nós”, não usufruindo da satisfação do diálogo entre essas esferas. Quando os parceiros se mostram demasiadamente imaturos afetiva e sexualmente, observamos a preponderância de

uma vivência indiscriminada relacionada ao temor da perda do objeto amoroso. A angústia vivenciada em se perder no outro se confunde com a angústia de perder o outro. Assim, notamos que o paradoxo “capacidade de estar só na presença do outro” é esvaziado em seu sentido simbólico, permanecendo uma tentativa de manter a ilusão fusional inicial.

Ressaltamos o caráter processual da existência, do vir-a-ser, tendo o percurso maturacional uma relação dialética com a saúde. A saúde é a capacidade de progredir, regredir, retornar e seguir em frente nesse movimento. É a possibilidade de reconhecermos a nossa interdependência na medida em que os processos integrativos nos posicionem no tempo e no espaço, no próprio corpo. A integração no próprio *self* faz despontar a noção de um eu próprio paralelamente à noção de um tempo compartilhado. Esse tempo não é exclusivamente subjetivo nem objetivo, é um tempo marcado pelo paradoxo da presença e da ausência, pela transicionalidade.

Entendemos, deste modo, que as falhas na constituição do espaço potencial conjugal se refletem na parentalidade, na estruturação deficitária de um ambiente suficientemente confiável, dificultando a saúde emocional dos filhos. A artificialidade do laço e a interrupção da possibilidade de reinvenções de si e do outro prejudicam usufruir do potencial criativo que o espaço potencial proporciona.

Na presente pesquisa, atentamos para as dificuldades intrapsíquicas e intersubjetivas que repercutem no campo da parentalidade. Apontamos que a insuficiência da circulação das emoções e o empobrecimento da apreensão mais realística de si e do outro resultam em relações que não primam pela alteridade. Esses laços se tornam inflados por uma carga projetiva que dificulta o reconhecimento de cada um nesta dinâmica, inviabilizando a construção do sentimento de si. Destacamos que, na vivência maciça em falso *self*, o filho não se torna apto para transitar entre as vivências internas e externas, marcando sua subjetividade pelo vazio e pela desafetação. Desse modo, o corpo adocece por comportar os conteúdos que não podem ser metabolizados.

Quando falhas ambientais ocorrem muito precocemente, os paradoxos inerentes ao processo de vir-a-ser passam a atuar como defesas paradoxais. Quando o bebê não encontra no olhar do outro o espelhamento que proporcione o encontro consigo mesmo, há uma vivência traumática primitiva. Há um entrave na

efetivação dos processos de integração, de enraizamento no próprio corpo, fazendo com que o caráter estruturante do brincar se esvazie. A problemática na constituição do espaço transicional pode acarretar uma dissociação psíquica, levando a uma vivência em falso *self*. A singularidade fica confinada e perdida dentro do próprio sujeito em uma tentativa de preservar um eu próprio. Futuramente, com a intermitente ameaça de colapso, o sujeito se vê em prejuízo na capacidade de estabelecer relações verdadeiras, entre pessoas inteiras.

As relações objetais se esvaziam de valor simbólico em decorrência de um insatisfatório processo de individuação. Nesses casos, a vivência narcísica, própria da dependência absoluta do início da vida, predomina no futuro. O sujeito preenche sua vida com fatos e não com vivências, pois sua existência possui a marca da funcionalidade. Esse funcionamento psíquico marca uma vida na qual a esfera do fazer está à frente da esfera do ser. Com base no postulado freudiano, que “o eu é antes de tudo um eu corporal” (1923, p.40), afirmamos que experiências primitivas sensoriais esvaziadas de valor emocional desencadeiam um sentido de existência atravessado pelo sentimento do vazio.

Destacamos que as experiências intercorpóreas, marca da atuação da intersubjetividade na constituição psíquica, repercutem na integração psicossomática. As falhas ambientais interferem no vir-a-ser do bebê que, desprovido de uma adaptação ativa às suas necessidades, vê-se lesado no gradual processo de personalização. A ausência de significação do bebê através de uma elaboração imaginativa dos pais dá lugar a um corpo coisificado, inábil para encontrar meios de perceber subjetivamente a si mesmo e o mundo. A vivência de um corpo único, indiferenciado do ambiente primeiro, aprisiona o sujeito em um tempo anterior ao do reconhecimento das relações objetais.

Portanto, afirmamos que, diante da ineficiência do ambiente em se apresentar como facilitador dos estágios de desenvolvimento, o sujeito é afetado na possibilidade de usufruir de partes significativas de si e do mundo. Na impossibilidade de repousar, é a vivência de temor que figura nesse cenário. O sujeito se depara com uma sensorialidade agonizante, com a vivência de não-ser e de aniquilamento de si. Conseqüentemente, o desamparo mobiliza atuações no mundo, em um apelo ao outro.

Por fim, traçando um paralelo com o que Winnicott (1987) formulou sobre a natureza da tendência antissocial, pensamos que a possibilidade de acolher esse

apelo, oriundo das formas como o sujeito deflagra sua dor psíquica, torna-se vital e vitalizante. Do ponto de vista da clínica, a manifestação reativa, defensiva e/ou somática do sujeito clama por um ambiente que se apresente em sustentação e qualidade humana. Entendemos que o trabalho psicanalítico pode oferecer um *corpo-setting* que favoreça a reativação dos processos de saúde, lançando um olhar de esperança. Desse modo, é de grande importância que investigações futuras se dediquem ao manejo clínico das situações em que os paradoxos não trabalham em prol do satisfatório amadurecimento psíquico e aos consequentes efeitos dos mesmos.

Referências bibliográficas

- ANZIEU, D. **Le transfert paradoxal**. Nouvelle Revue de Psychanalyse, v.12, 1975, p.49-72.
- _____. The Greek Myth of Marsyas. In: **The Skin Ego** (chapter 4) trans. C. Turner. New Haven, CT: Yale University Press, 1985.
- _____. **O Eu-Pele**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988.
- _____. **Une peau pour les pensées**. Paris: Editions Apsygée, 1991.
- BATESON, G., JACKSON, D.D., HALEY, J. & WEAKLAND, J. **Toward a theory of schizophrenia**. **Behavioral Science**. v.1, 1956. p. 251-264.
- BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
- BOZON, M. **Sociologie de la sexualité**. Paris: Armand Colin, 2009.
- BION, W. Attacks on linking. In: W. Bion, **Second thoughts**. London: Karnac, 1967, p. 93-109.
- _____. A theory of thinking. In: W. Bion, **Second Thoughts**. London: Karnac Books, p.127-139.
- CAILLOT, J.P.; DECHERF, G. **Thérapie familiale psychanalytique et paradoxalité**. Paris: Clancier- Guénaud, 1982.
- CICCO, M. F.; PAIVA, M. L.; GOMES, I. C. Família e conjugalidade: o sintoma dos filhos frente à imaturidade do casal parental. **Psicologia Clínica**. v.17, n.2. Rio de Janeiro, 2005, p.53-63.
- DIAS, E. **Teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott**. Rio de Janeiro, Imago. 2003.
- DOLTO, F. **Quando os pais se separam**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- EIGUER, A. **Um divã para a família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- _____. Desentendimento de casal e luta pelo reconhecimento. In: GOMES, I. C.; LEVY, L. (Org.). **Atendimento psicanalítico de casal**. 1.ed. São Paulo: Zagodoni, 2013, p. 44-60.
- FAGUNDES, J.O. Ilusão de fusão na relação do casal. In: RAMOS, M. (Org). **Casal e Família como paciente**. São Paulo: Editora Escuta, 1999. p. 69-94.

FAIMBERG, H. A telescopagem das gerações a propósito da genealogia de certas identificações. In: KAËS, R. (Org.) **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p.71-94.

FÉRES-CARNEIRO, T. (2001). Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. In T. Féres-Carneiro (Org.). **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: Nau, 2001, p.67-80.

_____. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. **Estudos de Psicologia**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003, p.367-374.

_____. & ZIVIANI, C. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In T. Féres-Carneiro (Org.), **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, p.83-107.

FERENCZI, S. A adaptação da família à criança. In **Sándor Ferenczi. Obras completas**, vol. IV, p.1-17, São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FREUD, S. Manuscrito G. (1985). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**, vol. II, p.257-260. Rio Janeiro: Imago, 1996.

_____. Projeto para uma psicologia científica. (1887). **Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**, vol. I, p.333-346. Rio Janeiro: Imago, 1996.

_____. Totem e Tabu. (1914). **Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**, vol. XIII, p.11-163, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Introdução ao Narcisismo (1914). **Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**, vol. XIV, p.75-111, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Os instintos e suas vicissitudes (1915). **Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**, vol. XIV, p.115-145, Rio Janeiro: Imago, 1996.

_____. Repressão (1915). **Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**, vol. XIV, p.145-163, Rio Janeiro: Imago, 1996.

_____. O ego e o id (1923). **Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**, vol. XIX, p. 13-80, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. A negativa (1925). **Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**, vol. XIX, p. 261-271, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. O mal-estar na civilização (1930). **Edição Standard Brasileira das Obras completas de Sigmund Freud**, vol. XXI, p.65-149, Rio Janeiro: Imago, 1996.

GOMES, I. C. **O sintoma da criança e a dinâmica do casal**. São Paulo: Escuta, 1998.

_____ e PAIVA, M. L. Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? **Psicologia em Estudo**. v. 8 (número especial), p.3-9, 2003.

_____. **Uma clínica específica com casais: contribuições teóricas e técnicas**. São Paulo: Escuta/FAPESP, 2007.

_____ e LEVY, L. Traição conjugal sob o vértice do virtual. In: GOMES, I. C; LEVY, L. (org.). **Atendimento psicanalítico de casal**. 1.ed. São Paulo: Zagodoni, 2013, p.60-74.

JOUBERT, C. **Les fonctionnements régressifs du lien de couple, ou du collage à la rupture**. Dialogue, n.161, 2003, p.105-117.

LEBOVICI, S. *Défense et illustration du concept de narcissisme primaire. Les avatars du narcissisme primaire et el processus de subjectivation. Psychiatrie de L'enfant*, v.40, n.2, 1997.

_____; SOLIS-PONTON, L.; MENENDEZ, J. A árvore da vida ou a empatia metaforizante, o *Enactment*. In: SOLIS-PONTON, L. (Org). **Ser pai, ser mãe. Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.41-46.

LEVY, L. **Na escuta do laço conjugal**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1996.

_____ e GOMES, Isabel. Relações amorosas: rupturas e elaborações. **Tempo psicanalítico**. v.43, n.1, Rio de Janeiro, 2011, p.45-57.

_____. A resistência na clínica com casais. In: GOMES, I. C.; LEVY, L. (org.). **Atendimento psicanalítico de casal**.1.ed. São Paulo: Zagodoni, 2013, p.28-43.

KAËS, R. **Le Groupe et le Sujet du Groupe. Éléments pour une théorie psychanalytique du groupe**. Paris: Dunod, 1993.

_____. Introdução ao conceito de transmissão psíquica no pensamento de Freud. In R. Kaës, H. Faimberg, M. Enriquez & J. J. Baranes. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 27-69

KERNBERG, O. **Psicopatologia das relações amorosas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

LEJARRAGA, A. L. **O amor em Winnicott**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MCDougall, J. **Teatros do Corpo**. O psicossoma em psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MACEDO, H. O. Do amor ao pensamento. **A psicanálise, a Criação da Criança e D.W.Winnicott**. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 1999.

MAGALHÃES, A. S. **O “eu” transformado pelos “nós”: influências da conjugalidade sobre a subjetividade dos parceiros**. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica/PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Transmutando a individualidade na conjugalidade. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org) **Família e Casal: Arranjos e demandas contemporâneas**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 205-218.

_____; FÉRES-CARNEIRO, T. Conquistando a herança: sobre o papel da transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e Casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio/Loyola, 2005, p.24-32.

_____; FÉRES-CARNEIRO, T. Transmissão psíquica geracional: um estudo de caso. In: Féres-Carneiro, T. (Org). **Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 341-364.

_____; FÉRES-CARNEIRO, T; GORIN, M. C. Construção da demanda em terapia de casal: Cuidar de nós, cuidar de ti e cuidar de si. In: GOMES, I. C.; LEVY, L. (Org.). **Atendimento psicanalítico de casal**. 1.ed. São Paulo: Zagodoni, 2013, p.15-27.

MARTY, P. & M'UZAN, M. (1962). O pensamento operatório (V. A. C. Beusson, Trad.). **Revista Brasileira de Psicanálise**. v. 28, 1994, p.165-174.

_____. **Mentalização e psicossomática** (A. E. V. A. Güntert, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MISSONNIER, S. O início da parentalidade, tornar-se mãe, tornar-se pai. As interações dos pais e da criança antes do nascimento. In: SOLISPONTON, L. (Org). **Ser pai, ser mãe. parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p.41-46.

NICCOLÓ, A. O modelo psicanalítico de funcionamento do casal. In: ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; SACCU, C. (Org.). **O casal em crise**. São Paulo: Summus Editorial, 1995, p.75-90.

PLASTINO, C. A. A dimensão constitutiva do cuidar. In: MAIA, M. S. (Org) **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p 53-87.

PRADO, M. C. A. O "racha": brincando com a morte para se sentir vivo. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org) **Família e Casal: Saúde, Trabalho e Modos de Vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 11-34.

PRADO, M. **Narcisismo e Estados de Entranhamento**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

PINCUS, L; DARE, C. **Psicodinâmica da Família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

PUGET, J; BERENSTEIN, I. **Psicanálise do casal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

RACAMIER, P. C. **De psychanalyse en psychiatrie**. Paris, Payot, 1979.

_____. **L' Inceste et l' incestuel**. Paris: Apsygee, 1985.

RASSIAL, J. Do amor que não seja semblante. **Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba**. v.7, 2003, p.68-98.

ROBERT, P. (2004) **Thérapie de couple et regression**. *Dialogue*, 166, 27-36. Recuperado em 27 out. 2013. Disponível em: <<http://www.cairn.info/revue-dialogue-2004-4-page-27.htm>>.

RUFFIOT, A. **La thérapie psychanalytique du couple**. Paris: Dunod, 1984.

- ROUSSILLON, R. (1991). **Paradoxos e situações limites na psicanálise**. Vale dos Sinos: Editora Unisinos, 2006.
- SAFRA, G. **A face estética do self: teoria e clínica**. 3. ed. São Paulo: Idéias e Letras, 2005.
- SEARLES, H. (1965) **Collected papers on schizophrenia and related subjects**. New York: The international Universities Press.
- _____. (1959) O esforço para enlouquecer o outro: um elemento na etiologia e na psicoterapia da esquizofrenia. In: **Família, Psicologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.
- SOTO, R. F. (2006). **A psicossomática na primeira infância: a contribuição de Winnicott para um estudo das alergias respiratórias**. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia Clínica/PUC-Rio.
- SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- SMADJA, E. **La Pareja y su historia**. 1ª ed- Buenos Aires: Biblos 2013.
- TITAN, S. Relação conjugal e relação analítica. In: RAMOS, M. (Org) **Casal e Família como paciente**. São Paulo: Editora Escuta, 1999, p.11-50.
- TANIS, B. Presença do paradoxo na construção de vínculos: clínica, alteridade e cultura. **Jornal de Psicanálise**. São Paulo, v.43, 2010, p.57-78.
- VILHENA, J. **Era uma vez uma família... Da psicanálise de família**. Tese de doutorado, PUC-SP, mimeo, 1981.
- WALSH, F. Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença? In: ANDOLFI, Maurizio. (org.). **A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002, p. 13-28.
- WINNICOTT, D, (1958). Desenvolvimento emocional primitivo. **Da pediatria à psicanálise**. Obras escolhidas. Imago, Rio de Janeiro, 1971, p.218-233.
- _____. (1958). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. **Da pediatria à psicanálise**. Obras escolhidas. Imago, Rio de Janeiro, 1971, p.316-332.
- _____. (1958). A mente e sua relação com o Psicossoma. **Da pediatria à psicanálise**. Obras escolhidas. Imago, Rio de Janeiro, 1971, p.332-347.
- _____. (1965). Segurança. **A Família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.43-49.
- _____. (1965). Família e maturidade emocional. **A Família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.129-141.
- _____. (1965). Fatores de integração e desintegração na vida familiar. **A Família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 59-73.

- _____ (1965). Aconselhando os pais. **A Família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.165-177.
- _____ (1971). O brincar: a Atividade criativa e a busca do eu (self). **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1971, p.79-95.
- _____ (1971). A criatividade e suas origens. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1971, p. 95-121.
- _____ (1971). O lugar em que vivemos. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1971, p.145-153.
- _____ (1979). O desenvolvimento da capacidade de se preocupar. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983, p. 70-79.
- _____ (1979). Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983, p.128-140.
- _____ (1987). Agressão e suas raízes. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 93-111.
- _____ (1987). O desenvolvimento da capacidade de envolvimento. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 111-119.
- _____ (1987). A tendência anti-social. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 135-149.
- _____ (1988). O psicossoma e a mente. **Natureza Humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p.29-33.
- _____ (1988). A família. **Natureza Humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p.57-66.
- _____ (1988). Os relacionamentos amorosos. **Natureza Humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p.66-69.
- _____ (1988). Colapso das defesas. **Natureza Humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p.82-87.
- _____ (1988). O fracasso do contato inicial. **Natureza Humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990, p.127-130.
- _____ (1989). Vivendo de modo criativo. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 23-41.
- _____ (1989). O conceito de falso self. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 53-59.
- _____ (1989). A criança e o grupo familiar. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 123-137.
- _____ (1989). Nada no centro. **Explorações Psicanalíticas**. Porto Alegre: Artmed, 1994, p.41-44.
- _____ (1989). O conceito de trauma em relação ao desenvolvimento do indivíduo dentro da família. **Explorações Psicanalíticas**. Porto Alegre: Artmed, 1994, p.102-116.
- _____ (1989). Individuação. **Explorações Psicanalíticas**. Porto Alegre: Artmed, 1994, p.219-223.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J.; JACKSON, D. **Pragmática da comunicação Humana**. São Paulo: Editora Cultrix, 1967.